

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2022 E ATAS - IGEPREV



Política Anual de Investimentos
2022

Assinado por 5 pessoas: WÍLLAMES BARBOSA COSTA, CLESSIANE NUNES DA SILVA, THOMAZ GUILHERME MOREIRA DE SOUZA, PEDRO EDUARDO ALENCAR GRANJA e GUSTAVO DOS SANTOS PALHARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 94CE-7EB7-7EB9-652F





Previdência do Servidor, Construindo Um Novo

ÍNDICE

• INTRODUÇÃO	
• Modelo de Gestão (art. 4º, I e art. 15)	
o Modelo de gestão (própria, autorizada ou mista) (Resumo Analítico)	03
o Estrutura da gestão de investimentos (Governança)	04
o Competências dos órgãos e limites de alçada (Resumo Analítico)	06
• Aspectos internos (Resumo Analítico)	
o Situação atual do RPPS (Resumo Analítico)	09
o Contexto econômico e político (Resumo Analítico) (Anexo P.I.)	16
o Alterações legais, regimentais e da gestão (Resumo Analítico)	20
• OBJETIVOS	
• Parâmetros de rentabilidade almejados (art. 4º, III)	
o Justificativa do indexador e do cenário prospectivo de juros (Meta de Rentabilidade)	21
o Aderência da meta ao perfil da carteira e obrigações do plano (Meta de Rentabilidade)	23
o Objetivos da gestão de investimentos para 2020, considerando os cenários interno e externo e o perfil da carteira (Resumo Analítico)	24
• Estratégia de alocação entre os diversos segmentos (art. 4º, II)	
o Avaliação do cenário macroeconômico e financeiro (Resumo Analítico)	27
o Análises setoriais (Resumo Analítico)	27
o Perspectivas para os investimentos (Resumo Analítico)	27
o Avaliação do atual perfil da carteira e impactos das estratégias adotadas (R. Analítico)	28
• Limites de aplicação e diversificação aprovadas (art. 4º, IV)	
o Opções Resolução (Quadro-resumo, art. 7º e 8º) (Estratégias de Alocação)	35
o Limite inferior, superior e estratégia alvo (Estratégias de Alocação) (Anexo P.I.)	36
• Metodologias e critérios de avaliação de riscos (Resumo Analítico)	
o Investimento, carregamento e desinvestimento (Estratégias Descritivas)	37
o Vedações, restrições e limites estabelecidos (Estratégias Descritivas)	38
o Critérios de credenciamento e seleção de ativos (QDD) (Estratégias Descritivas)	40
o Diversificação, risco de crédito e qualidade da gestão (Estratégias Descritivas)	40
o Volatilidade, liquidez e demais riscos (mercado, operacional, liquidez e legal) (Estratégias Descritivas)	43
• FECHAMENTO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS (Resumo Analítico)	45
• PUBLICIDADE	
o Website IGEPREV	46
• CONSIDERAÇÕES FINAIS	47



Previdência do Servidor, Construindo Um Novo

INTRODUÇÃO

Modelo de Gestão (art. 4º, I e art. 15)

Modelo de Gestão (Resumo Analítico)

O Regime Próprio de Previdência Social do município de Petrolina - PE, IGEPREV, CNPJ 09.182.560/0001-01, autarquia com gestão própria de seus recursos (art. 15, §1º, I), expõe sua Política de Investimento para o exercício de 2022 em consonância com os dispositivos da Resolução BACEN nº 3.922 de 25.11.2010, alterada pelas Resoluções BACEN nº 4.392 de 19.12.2014, nº 4.604 de 19.10.17 e nº 4.695 de 27.11.18.

As diretrizes, os procedimentos e os limites aqui apresentados, norteiam toda a tomada de decisão relativa aos investimentos desta Autarquia; e, atendendo ao art. 5º da Resolução em tela, esta Política, antes de sua implementação, foi submetida e aprovada pelos órgãos superiores de deliberação: o Comitê de Investimentos e a Diretoria Executiva em reunião conjunta registrada em ata do dia 30.09.2021, e o Conselho Deliberativo do IGEPREV em reunião registrada em ata do dia 26.10.2021. Os parâmetros aprovados, alguns deles calculados com base no relatório Focus de 27.09.2021, buscam garantir a consistência da gestão dos recursos no decorrer do tempo, respeitando o fluxo atuarial da entidade, bem como visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do regime de previdência, buscando a superação da meta atuarial (IPCA + 5,04% aa), disposta na Portaria nº 6.132 de 25.05.2021, aplicados sob "condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência" (art. 1º da Resolução 3922), sempre respeitando os limites de diversificação e concentração das aplicações previstos na citada Resolução, lembrando que a avaliação atuarial de 31.12.2021 é que irá definir a taxa atuarial mediante Estudo de Adequação das Hipóteses Atuariais. Sendo assim, a taxa atuarial de 5,04% é uma estimativa.

Citando parte do Parecer nº 011/2010/CGAAI/DRPSP/SPS/MPS: "*é importante ressaltar que os Regimes Próprios estão encarregados de administrar os recursos dos participantes, portanto devem ser geridos com a devida prudência que a situação exige...*"

"...considerando como critérios mínimos para seleção (de instituição financeira), a solidez patrimonial, o volume de recursos administrados e a experiência no exercício da atividade de administração de recursos de terceiros". São conceitos elementares de credenciamento, elencados desde o início da regulamentação dos investimentos dos RPPS (Resolução CMN nº 2652 de 23.09.1999).

De acordo com o § 1º do art. 4º da Resolução em referência e também da Portaria MPS nº 519/11 e suas alterações (Portarias MPS nº 170 de 25/04/2012; 440 de 09/10/2013; 65 de 26/02/2014; 300 de 06/07/2015; 01 de 03/01/2017; 577 de 27/12/2017; Portaria SEPRT nº 555 de 03/06/19 e Portaria nº 9.907 de 14.04.2020), esta Política Anual de Investimentos deverá ser acompanhada sistematicamente e possivelmente revisada no curso de sua execução, com vistas à adequação ao mercado ou a nova legislação, lembrando-se da necessidade de aprovação pelos órgãos superiores de deliberação, antes de sua implementação.

Abordaremos em detalhes adiante as pautas sobre taxa atuarial e Pró-Gestão RPPS.

Com efeito de cumprir o princípio da publicidade disposto no art. 3º, VIII, da Portaria MPS nº 519/11, o IGEPREV disponibiliza este documento aos seus segurados e pensionistas em sua página eletrônica <http://igeprev.petrolina.pe.gov.br/>.

Assinado por 5 pessoas: WILLIAMES BARBOSA COSTA, CLESSIANE NUNES DA SILVA, THOMAZ GUILHERME MOREIRA DE SOUZA, PEDRO EDUARDO ALENCAR GRANJA e GUSTAVO DOS SANTOS PALHARES. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 84CE-76B7-7EB3-652F

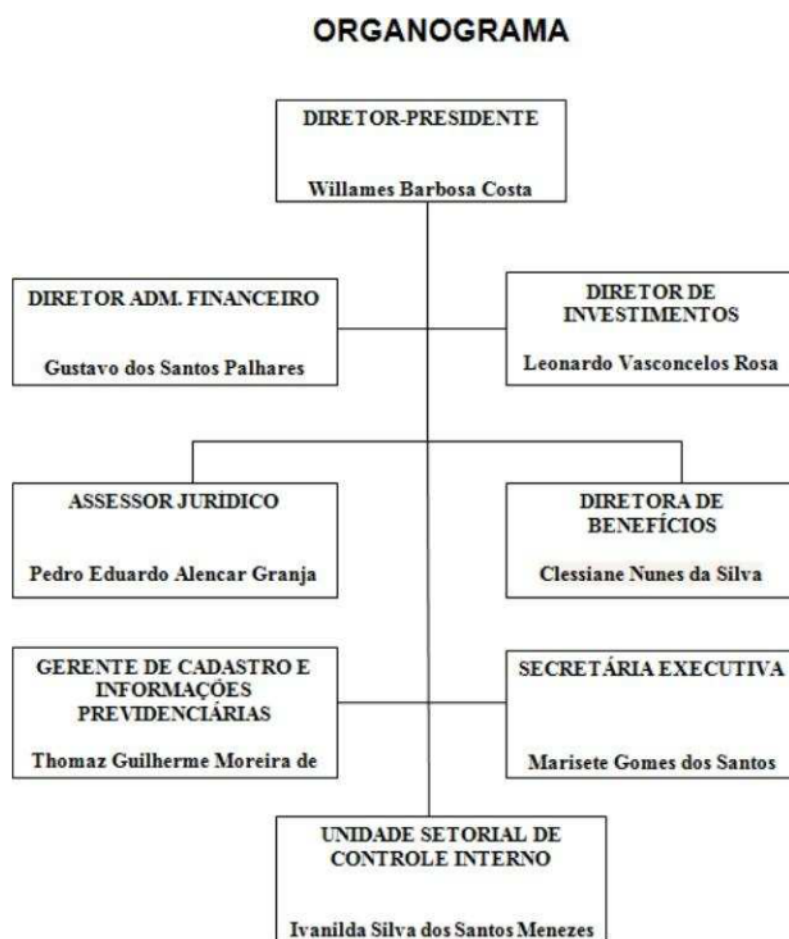




Previdência do Servidor, Construindo Um Novo

Modelo de Gestão (art. 4º, I e art. 15)
Estrutura da Gestão de investimentos (Governança)

A estrutura organizacional do IGEPREV é composta conforme organograma abaixo:



Assinado por 5 pessoas: WILLAMES BARBOSA COSTA, CLESSIANE NUNES DA SILVA, THOMAZ GUILHERME MOREIRA DE SOUZA, PEDRO EDUARDO ALENCAR GRANJA e GUSTAVO DOS SANTOS PALHARES. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 84CE-76B7-7EB3-652F





Previdência do Servidor, Construindo Um Novo

Os órgãos deliberativos que compõem a estrutura organizacional são formados e compostos conforme quadro abaixo:

Colegiado	Mandato	Membros (efetivos)	Nomeação	Reunião
Conselho Deliberativo	4 anos	2 representantes do Poder Executivo	Chefe do Poder Executivo	Mensal
		1 representante do Poder Legislativo	Chefe do Poder Legislativo	
		2 representantes dos servidores ativos	Indicação sindicato	
		1 representante dos inativos/pensionistas	Indicação sindicato	
Conselho Fiscal		1 representante do Poder Executivo (NS)	Chefe do Poder Executivo	
		1 representante do Poder Legislativo (NS)	Chefe do Poder Legislativo	
		1 representante dos servidores ativos (NS)	Indicação sindicato	
		1 representantes dos inativos/pensionistas (NS)	Indicação sindicato	
Diretoria Executiva		Diretor-Presidente Diretor Administrativo-Financeiro Diretor de Benefícios Previdenciários Diretoria de Investimentos Assessor Jurídico Gerente de Cadastro e Informações Previdenciárias Secretária Executiva	Chefe do Poder Executivo	
Comitê de Investimentos		Diretor-Presidente Diretor Administrativo-Financeiro Diretoria de Investimentos Assessor Jurídico 2 membros indicados pelo Diretor-Presidente	Chefe do Poder Executivo	Mensal

Assinado por 5 pessoas: WILLAMES BARBOSA COSTA, CLESSIANE NUNES DA SILVA, THOMAZ GUILHERME MOREIRA DE SOUZA, PEDRO EDUARDO ALENCAR GRANJA e GUSTAVO DOS SANTOS PALHARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.100c.com.br/verificacao/> e informe o código 84CE-76B7-7EB8-652F



Previdência do Servidor, Construindo Um Novo

Modelo de Gestão (art. 4º, I e art. 15)
Competência dos órgãos e limites de alçada (Resumo Analítico)

O IGEPREV possuindo gestão própria de sua carteira, adota a prática de analisar junto aos seus órgãos deliberativos os aspectos econômicos e políticos que envolvem a estratégia prospectiva de seus investimentos, tanto os atuais quanto aqueles ainda a serem efetivados, adquirindo ativos considerados de baixo risco de crédito e mantendo a carteira o mais diversificada possível, mitigando riscos diversos.

Esta Política é aprovada definitivamente pelo órgão final de decisão, o Conselho Deliberativo. A formulação da Política de Investimentos se origina na Diretoria de Investimentos, para ser aprovada em primeira instância pelo Comitê de Investimentos e seguindo para aprovação intermediária na Diretoria Executiva, tendo sua aprovação final no Conselho Deliberativo.

Dentre os inúmeros parâmetros constantes na Política de Investimento, o Conselho Deliberativo aprova os critérios e as possibilidades de enquadramento, bem como os limites de alocação. O Comitê de Investimentos, conforme as atribuições definidas no Decreto nº 088/2017, autoriza em ata as possibilidades de alocação nos ativos que se apresentarem oportunos pela Diretoria Executiva, e a Diretoria de Investimentos executa os parâmetros estabelecidos nesta Política de Investimentos.

A execução da Política, no que consiste à dinâmica de gestão de carteira, se dará exclusivamente pela Diretoria de Investimentos, com base nas decisões aprovadas. A Diretoria de Investimentos não possui alçada para aplicação e resgate. Excluindo os movimentos involuntários da Tesouraria, todo movimento necessitará de aprovação da Presidência do IGEPREV, podendo ser de forma verbal e/ou e-mail. É de boa prática que todo movimento de aplicação e resgate seja conhecido pelo Comitê de Investimentos, geralmente copiado nos e-mails.

Mensalmente o Comitê de Investimentos se reunirá analisando aspectos históricos, perspectivas para o exercício atual e seguinte, debater oportunidades associadas com a situação atual da carteira, bem como seu resultado. Quando ocorrer a possibilidade de se investir em novo produto a Diretoria de Investimentos poderá submeter o mesmo para aprovação pelo Comitê de Investimentos, não sendo necessário aprovar o requisito quantitativo da alocação em foco, pois o mesmo já está aprovado pelo Conselho Deliberativo, mediante credenciamento dos administradores e gestores. No entanto, quando ocorrer a necessidade de se efetuar o rebalanceamento da carteira, a Diretoria de Investimentos contará apenas com a aprovação da Presidência, tendo em vista que a classe de ativos e o limite de seu enquadramento já consta aprovada nesta Política (item, Limites de aplicação e diversificação aprovadas).

Para o cumprimento do item 3.2 do Pró-gestão RPPS, o Comitê de Investimentos emitirá parecer sobre a execução desta Política com a aprovação do Conselho Fiscal.

Assinado por 5 pessoas: WILLAMES BARBOSA COSTA, CLESSIANE NUNES DA SILVA, THOMAZ GUILHERME MOREIRA DE SOUZA, PEDRO EDUARDO ALENCAR GRANJA e GUSTAVO DOS SANTOS PALHARES. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 84CE-7EB7-7EB3-652F





Previdência do Servidor, Construindo Um Novo

CONSELHO DELIBERATIVO, atribuições: (Lei nº 1990/2007, art. 64)

Conselho Deliberativo do IGEPREV será constituído de seis membros efetivos e um membro suplente para cada um, a saber: dois segurados representantes do quadro efetivo do Poder Executivo, indicados pelo Prefeito; um segurado representante do quadro efetivo do Poder Legislativo, indicado pelo seu Presidente; dois representantes do quadro efetivo de quaisquer dos entes estatais deste Município, indicados pelo sindicato; um representante dos inativos e pensionistas, indicado pelo sindicato ou associação de classe, onde houver. O Presidente do Conselho Deliberativo será eleito pelos demais pares.

O Conselho reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada mês, e extraordinariamente, sempre que necessário, com a presença da maioria de seus membros e suas decisões serão tomadas por maioria simples de voto.

- I — aprovar a política e as diretrizes de investimento dos recursos do IGEPREV, promovendo sua aplicabilidade;
- II — participar, acompanhar e avaliar sistematicamente a gestão econômica e financeira do IGEPREV, em especial dos planos de custeio e de benefícios, solicitando informações à Diretoria Executiva;
- III — apreciar e aprovar os seguintes documentos da Diretoria Executiva: a) proposta-orçamentária anual do IGEPREV; b) o relatório anual de atividades do IGEPREV, inclusive com demonstrações estatísticas dos benefícios concedidos no exercício; c) os Balancetes Mensais, os demonstrativos financeiros, o Balanço e a Prestação de Contas Anual, acompanhados dos pareceres competentes do Conselho Fiscal;
- IV — deliberar sobre a aceitação de bens, legados e doações com encargos, oferecidos ao IGEPREV;
- V — solicitar ao Prefeito, se necessário, a contratação de auditorias independentes;
- VI — apreciar e deliberar sobre estudos e Nota Técnica Atuarial;
- VII — adotar as medidas necessárias à garantia do recolhimento das contribuições previdenciárias previstas nesta Lei;
- VIII — promover ajustes à organização e operação do IGEPREV, se necessário, podendo propor ao Diretor-Presidente a contratação de entidades legalmente habilitadas e de experiência comprovada para as gestões do ativo e passivo do RPPS do Município.

Assinado por 5 pessoas: WILLAMES BARBOSA COSTA, CLESSIANE NUNES DA SILVA, THOMAZ GUILHERME MOREIRA DE SOUZA, PEDRO EDUARDO ALENCAR GRANJA e GUSTAVO DOS SANTOS PALHARES. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 84CE-76B7-7EB3-652F





Previdência do Servidor, Construindo Um Novo

CONSELHO FISCAL, atribuições: (Lei nº 1990/2007, art. 66)

O Conselho Fiscal será composto de quatro membros efetivos e um membro suplente para cada um, a saber: um segurado representante do quadro efetivo do Poder Executivo, indicado pelo Prefeito; um segurado representante do quadro efetivo do Poder Legislativo, indicado pelo seu Presidente; um segurado representante do quadro efetivo de quaisquer dos entes estatais do município, indicado pelo sindicato; um representante dos inativos e pensionistas, indicado pelo sindicato ou associação de classe, onde houver. O mandato dos membros designados será de quatro anos, o qual deverá coincidir com o do Conselho Deliberativo, não sendo permitida sua recondução para o mandato subsequente.

O Conselho reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada mês e extraordinariamente sempre que necessário, com a presença da maioria de seus membros e suas decisões serão tomadas com o mínimo de dois votos. O Conselho Fiscal elegerá o seu Presidente na primeira reunião ordinária após a sua posse, dentre seus membros, por dois anos, podendo ser reconduzido por igual período. O Presidente do Conselho Fiscal terá voz e voto de desempate e as deliberações do Conselho Fiscal serão lavradas em livro de Atas.

I - acompanhar a organização dos serviços técnicos;

II - acompanhar a execução orçamentária do IGEPREV, conferindo a classificação dos fatos e examinando a sua procedência e exatidão;

III - examinar as prestações efetivadas pelo IGEPREV aos servidores e dependentes e a respectiva tomada de contas dos responsáveis;

IV - proceder, em face dos documentos de receita e despesa, a verificação dos balancetes mensais, os quais deverão estar instruídos com os esclarecimentos devidos, para encaminhamento ao Conselho Deliberativo;

V - encaminhar ao Conselho Deliberativo, até o mês de março de cada ano, com parecer técnico, o relatório da Diretoria Executiva relativo ao exercício anterior, o processo de tomada de contas, o balanço anual o inventário a ele referente, assim como o relatório estatístico dos benefícios concedidos.

VI - requisitar à Diretoria Executiva e ao Presidente do Conselho Deliberativo as informações e diligências que julgar convenientes e necessárias ao desempenho de suas atribuições e notificá-los para correção de irregularidades verificadas exigindo as providências de regularização;

VII - propor à Diretoria Executiva as medidas que julgar de interesse para resguardar a lisura e transparência da administração do IGEPREV;

VIII - acompanhar, juntamente com o Conselho Deliberativo, o recolhimento mensal das contribuições para que sejam efetuadas no prazo legal, notificando o Prefeito Municipal e demais titulares de órgãos filiados ao RPPS, na ocorrência de irregularidades, alertando-os para os riscos envolvidos;

IX - proceder à verificação dos valores em depósito na tesouraria, em bancos, nos administradores de carteira de investimentos, exigindo as regularizações quando necessárias;

X - pronunciar-se sobre a alienação de bens imóveis do IGEPREV;

XI - proceder aos demais atos necessários à fiscalização do IGEPREV, bem como da gestão do Regime Próprio de Previdência do Município.

Assinado por 5 pessoas: WILLAMES BARBOSA COSTA, CLESSIANE NUNES DA SILVA, THOMAZ GUILHERME MOREIRA DE SOUZA, PEDRO EDUARDO ALENCAR GRANJA e GUSTAVO DOS SANTOS PALHARES. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 84CE-7EB7-7EB3-652F





Previdência do Servidor, Construindo Um Novo

DIRETORIA EXECUTIVA, atribuições: (Lei nº 1990/2007, art. 68)

A Diretoria Executiva, é o órgão responsável pela execução dos objetivos do IGEPREV e será composta de: um Diretor-Presidente; um Diretor Administrativo-Financeiro; um Diretor de Benefícios Previdenciários; um Assessor Jurídico; um Gerente de Cadastro e Informações Previdenciárias; uma Secretária Executiva. O Diretor-Presidente ocupará o cargo de provimento em comissão, símbolo CC2, constante no Anexo II da Lei Complementar Municipal nº. 004, de 29 de abril de 2005. O quadro de pessoal inicial poderá ser formado por servidores públicos cedidos ao IGEPREV e que hoje exercem suas funções no FUMPREV, mantidos os cargos de provimento -em comissão que ocupam, convalidados pelo art. 70, mediante requisição do seu Diretor-Presidente ao Prefeito do Município.

- I — Planejar, coordenar, executar e controlar os dados referentes à inscrição de segurados no cadastro de servidores ativos, inativos e pensionistas;
- II — Promover anualmente a atualização do cadastro dos segurados, pensionistas e dependentes;
- III — Instruir e analisar os pedidos de Certidão de Tempo de Contribuição - CTC, bem como autorizar a sua expedição, podendo, para tanto, solicitar as diligências e informações que se fizerem necessárias para a emissão das mesmas;
- IV — Encaminhar para a administração de outros Regimes de Previdência, os requerimentos e documentos necessários para a realização da compensação financeira entre regimes prevista no art. 201, §9º, da Constituição Federal;
- V — Fornecer os valores para cálculo da média das remunerações do servidor, nos termos da legislação vigente.

COMITÊ DE INVESTIMENTOS, atribuições: (Lei 3346 de 23.12.2020)

Fica criado o Comitê de Investimentos, que será instituído por meio de comissão especial e será órgão autônomo de caráter deliberativo, com função assessorar e auxiliar na execução da Política de Investimento do RPPS, observando os princípios de governança, transparência, eficiência na gestão e aplicação dos recursos vinculados ao IGEPREV, sendo composto pelos seguintes membros:

O Comitê de Investimentos será composto por 05 (cinco) membros titulares de cargo efetivo ou de livre nomeação e exoneração, nomeados por Portaria do Executivo Municipal, com conhecimento sobre investimentos.

- I. Diretor-Presidente do IGEPREV;
- II. Diretor Administrativo-Financeiro do IGEPREV;
- III. Diretor de Investimentos do IGEPREV;
- IV. Assessor Jurídico do IGEPREV;
- V. 02 membros indicados pelo Diretor-Presidente do IGEPREV.

Os membros do Comitê de Investimentos escolhidos, serão nomeados pelo Prefeito Municipal, devendo possuir formação acadêmica de nível superior, tendo as seguintes atribuições:

- I. analisar a conjuntura, cenários e perspectivas de mercado;
- II. traçar estratégias de composição de ativos e sugerir alocação com base nos cenários;
- III. avaliar as opções de investimentos e estratégias que envolvam compra, venda e/ou renovação dos ativos das carteiras do IGEPREV;
- IV. avaliar riscos potenciais;
- V. analisar e sugerir políticas e estratégias de investimentos ao Diretor-Presidente do IGEPREV;
- VI. propor alterações na Política de Investimentos.

Assinado por 5 pessoas: WILLAMES BARBOSA COSTA, CLESSIANE NUNES DA SILVA, THOMAZ GUILHERME MOREIRA DE SOUZA, PEDRO EDUARDO ALENCAR GRANJA e GUSTAVO DOS SANTOS PALHARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 84CE-76B7-7EB3-652F





Previdência do Servidor, Construindo Um Novo

DIRETORIA DE INVESTIMENTOS, atribuições: (Lei 3346 de 23.12.2020)

Fica 73-A - Fica criada a Diretoria de Investimentos, órgão vinculado no âmbito da Diretoria Executiva do IGEPREV, com as seguintes atribuições:

- I. planejar, organizar, dirigir e controlar a execução das operações de investimentos, de fluxo de caixa e de orçamento;
- II. convocar e propor calendário anual de reuniões do Comitê de Investimentos;
- III. preparar e conduzir a reunião do Comitê de Investimentos e apresentar proposta de investimento a ser submetida à aprovação dos membros com direito a voto do Comitê de Investimentos;
- IV. fornecer aos órgãos do IGEPREV, mensalmente, informações relativas aos investimentos do Instituto, bem como toda e qualquer informação adicional que lhe for solicitada;
- V. divulgar informações ao público em geral sobre investimentos do IGEPREV, observados os critérios de conveniência, oportunidade e transparência da legislação em vigor;
- VI. elaborar relatório mensal e anual de investimentos, em conformidade com a legislação em vigor, para divulgação ao público em geral;
- VII. elaborar plano anual de investimentos, em conformidade com a legislação em vigor, antes do final do ano anterior, para divulgação ao público em geral, após aprovação pelo Comitê de Investimentos, Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo;
- VIII. coordenar o acompanhamento e as análises do mercado financeiro e de seus indicadores;
- IX. coordenar análises do ambiente econômico, político e social nacional e internacional e a elaboração de cenários para subsidiar as decisões de investimentos do IGEPREV;
- X. coordenar análises de risco e de gerenciamento de ativos e passivos do IGEPREV.

Assinado por 5 pessoas: WILLAMES BARBOSA COSTA, CLESSIANE NUNES DA SILVA, THOMAZ GUILHERME MOREIRA DE SOUZA, PEDRO EDUARDO ALENCAR GRANJA e GUSTAVO DOS SANTOS PALHARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 84CE-76B7-7EB3-652F





Previdência do Servidor, Construindo Um Novo

Aspectos Internos

Situação atual do RPPS (Resumo Analítico)

O ano de 2021 tem sido uma continuação dos efeitos da pandemia no Brasil e no mundo. Felizmente as vacinações da população brasileira, agora no final de setembro de 2021, apresenta-se em níveis satisfatórios de cobertura: cerca de 42% da população já recebeu as duas doses e 29% a primeira, segundo dados da *Our World in Data*, que é uma publicação digital especializada em expor pesquisas empíricas e dados analíticos sobre mudanças nas condições de qualidade de vida ao redor do mundo. No entanto, o aparecimento, em março/21, da variante Delta do coronavírus em 2021 gerou incertezas na sociedade e no governo quanto ao momento e intensidade de afrouxamento do distanciamento social. Essa dúvida tomou conta do debate nacional e causando certa resistência quanto à retomada da atividade econômica.

Porém, a vacinação em massa e a saturação das pessoas de permanecerem confinadas em suas residências trouxe também o início de um revigoramento da atividade econômica. Dados do Focus do exercício 2021 demonstraram que as expectativas para o PIB/21 progrediram de uma retração de -4,36% em dez/20, para um PIB positivo de 5,04% em set/21.

De fato, a arrecadação da União tem batido recordes históricos, mas o fantasma da inflação tem afetado sobremaneira o poder aquisitivo do brasileiro e minado a credibilidade do governo, tendo em vista que elementos básicos do consumo como alimentos, combustível e o gás de cozinha ficaram cerca de 60% mais caros neste ano. Essa trajetória da inflação, mobilizou o BACEN a elevar rapidamente a taxa Selic de 2% para atuais 6,25%, com projeção de 8,25% para dezembro de 2021.

Esse movimento de elevação dos juros no Brasil repercutiu substancialmente em nossa carteira de investimentos. Ativos em renda variável que se recuperaram dos efeitos da pandemia em 2020, quando o Ibovespa encerrou o exercício 2020 com 2,92% de valorização, neste período de janeiro a setembro de 2021 o Ibovespa já desvalorizou 6,75%. A explicação para tamanha desvalorização, segundo analistas, é composta por expectativa de elevação de juros no mercado americano, crise política e institucional entre o Planalto e os demais Poderes, inflação elevadíssima, risco fiscal para atender programas sociais em ano de pré-eleição, risco hídrico devido à falta de chuvas e reformas em ritmo lento. Tais causas refletiram na curva de juros doméstica e realizamos mais um encurtamento da carteira de renda fixa. Mantivemos os investimentos no exterior que são a classe de ativos que nos entregaram algum resultado até agosto: 9,24%.

Vale lembrar que nossa meta atuarial estimada para 2021, quando aprovamos a Política de Investimentos, era de 9,02% (361% do CDI). Hoje, com viés de alta, este objetivo saltou para 14,38% (300% do CDI).

Novamente o ajuste para baixo de taxa atuarial para o exercício 2022, com teto de 5,04%, conforme Portaria nº 6.132 de 25.05.2021, causará expressivo impacto no resultado atuarial do RPPS, onerando mais ainda o sistema previdenciário do município.

A manutenção do equilíbrio econômico e financeiro, o IGEPREV carece de substancial ajuste. Considerando o DRAA 2021 com data-base de 31.12.20 do RPPS de Petrolina, indica que não há segregação de massa, nem Plano Financeiro e nem benefícios mantidos pelo Tesouro. No entanto, possui um elevado déficit atuarial a amortizar (R\$ 1.411.137.372,45), via alíquota suplementar que passará para 62% a partir de 2026; somados a um déficit do atual exercício de R\$ 361,4 milhões.

Consta no Relatório de Avaliação Atuarial de 2021 alíquota do servidor de 14% e do ente patrocinador de 26,41%, sendo: alíquota normal de 13% e alíquota suplementar de 13,41%. Desta forma o custo total apurado é de 42,41%, tendo em vista os 2% da taxa administrativa. No entanto, para o exercício de 2022, conforme definido na Portaria nº 19.451 de 18.08.2020, a taxa de administração passará a ter como base de cálculo apenas a folha de pagamento dos servidores efetivos, exercício anterior. É necessário enquadrar o IGEPREV na classificação de médio porte (maior maturidade) do ISP – Índice de Situação Previdenciária da SPREV, para conhecer a limitação da Taxa de Administração, que no caso será 3%. Será mais um ônus ao Tesouro municipal no exercício 2022.

Assinado por 5 pessoas: WILLIAM S BARBOSA COSTA, CLESSIANE NUNES DA SILVA, THOMAZ GUILHERME MOREIRA DE SOUZA, PEDRO EDUARDO ALENCAR GRANJA e GUSTAVO DOS SANTOS PALHARES. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 84CE-76B7-7EB3-652F





Previdência do Servidor, Construindo Um Novo

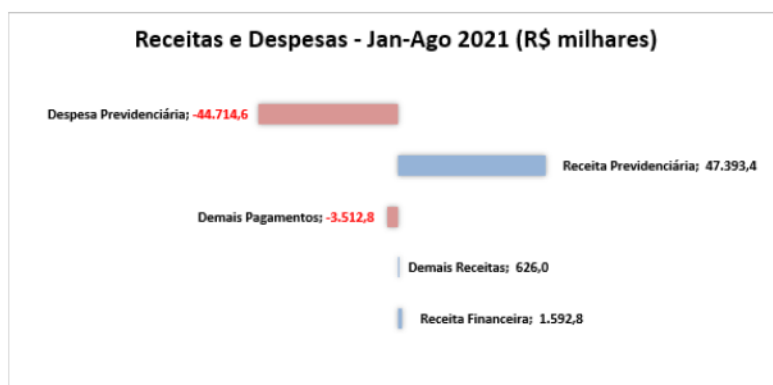
No Relatório de Avaliação Atuarial de 2021, item 11.2.3., o atuário recomenda alternativamente ao plano de amortização do déficit, o método da segregação de massa, tendo em vista o elevado déficit atuarial. Segundo parecer, o atual déficit atuarial do IGEPREV tem sua origem:

dos benefícios de aposentadoria e pensão, adotados para este plano de benefícios, o plano de benefícios previdenciários apresentou um **déficit técnico atuarial** no valor de **R\$ 371.274.809,67**, de acordo com a alíquota de contribuição vigente, que deverá ser equacionado em, até, 35 anos.

Nota-se que este déficit também resulta da não integralização da provisão matemática em tempos passados, devido aumento das remunerações, proventos e pensões, bem como a diminuição do número de servidores ativos e o aumento do número de segurados inativos, conforme apresentado na base cadastral utilizada nessa Avaliação Atuarial.

Fonte: Relatório de Avaliação Atuarial 2021

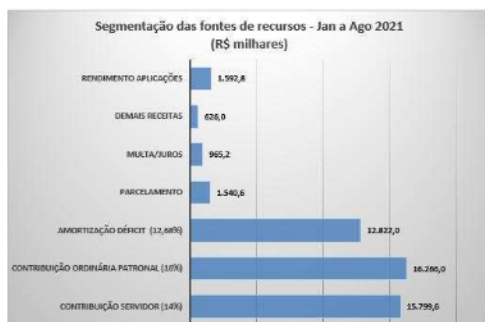
Observando dados de janeiro a agosto de 2021 no quesito "Receitas e Despesas" contabilizados, podemos verificar que as Despesas Previdenciárias, diferentemente do exercício anterior, estão com valor inferior, cerca de 5,65%, às Receitas Previdenciárias (quadro abaixo).



Assinado por 5 pessoas: WÍLLAMES BARBOSA COSTA, CLESSIANE NUNES DA SILVA, THOMAZ GUILHERME MOREIRA DE SOUZA, PEDRO EDUARDO ALENCAR GRANJA e GUSTAVO DOS SANTOS PALHARES. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 84CE-76B7-7EB3-652F



Previdência do Servidor, Construindo Um Novo



Fontes de recursos (Jan a Ago 2021)	R\$ (milhares)
Pagamentos	48.485,5
Contribuição servidor (14%)	15.799,6
Contribuição ordinária patronal (10%)	16.266,0
Amortização Déficit (12,65%)	12.822,0
Parcelamento	1.540,6
Multa/Juros	965,2
Demais Receitas	626,0
Rendimento aplicações	1.592,8
Evolução do PL	
79,3	
Meta atuarial	
15.246,1	

3% dos recursos recebidos



Fontes de recursos (Jan a Ago 2021)	R\$ (milhares)
Pagamentos	48.485,5
Contribuição servidor (14%)	15.799,6
Contribuição do Ente	31.593,8
Demais Receitas	626,0
Rendimento aplicações	1.592,8
Evolução anual do PL	
79,35	
Meta atuarial	
15.246,1	

97% dos recursos recebidos

Podemos dividir este tópico "Situação atual do RPPS" nos seguintes itens:

- Situação atual do RPPS
 - Desempenho acumulado
 - Evolução patrimonial
 - Evolução dos benefícios
 - Evolução das alíquotas de contribuição
 - Evolução dos resultados atuariais
 - Evolução da taxa atuarial
 - ALM

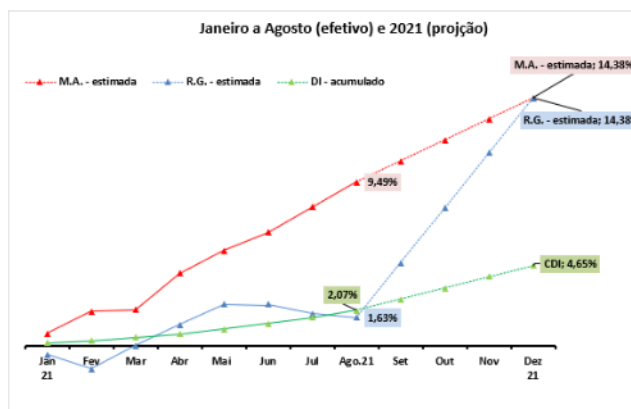


Previdência do Servidor, Construindo Um Novo

Neste ano de 2021 o IGEPREV deu início aos investimentos do art. 9º - Investimentos no Exterior, a partir de março. Atualmente encontra-se alocado com 5,39%, porém com limitações quanto à sua classificação de investidor qualificado, tendo em vista que não possui a certificação do Pró-Gestão RPPS. Tanto os ativos de renda fixa, de renda variável e do investimento no exterior, que rentabilizaram respectivamente 0,80%, 2,79% e 6,38%, de janeiro a agosto de 2021, receberam forte influência do mercado doméstico quanto aos impactos negativos da pandemia que impactaram fortemente a atividade econômica e principalmente os gastos públicos.

• Desempenho acumulado

Mediante os resultados apresentados, conforme Resolução 3.922/2010, em relação ao modelo de gestão de seus ativos (art. 4º, I); quanto à estratégia de alocação dos recursos entre os diversos segmentos de aplicação (art. 4º, II), quanto aos limites de aplicação e diversificação (art. 4º, IV); e os parâmetros de rentabilidade almejados (art. 4º, III), montando a carteira do RPPS com ativos atrelados à meta atuarial em percentual expressivo do PL, o IGEPREV mesmo cumprindo as diretrizes expostas em sua Política Anual de Investimentos – 2021, vem apresentando uma rentabilidade de janeiro a agosto abaixo da meta atuarial e do CDI.



Assinado por 5 pessoas: WILLAMES BARBOSA COSTA, CLESSIANE NUNES DA SILVA, THOMAZ GUILHERME MOREIRA DE SOUZA, PEDRO EDUARDO ALENCAR GRANJA e GUSTAVO DOS SANTOS PALHARES. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.100c.com.br/verificacao/> e informe o código 84CE-76B7-7EB3-652F

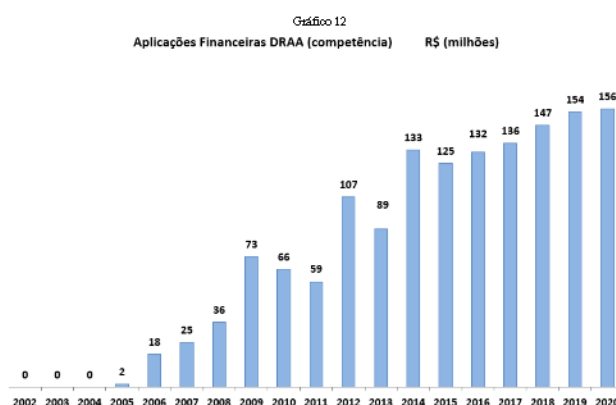
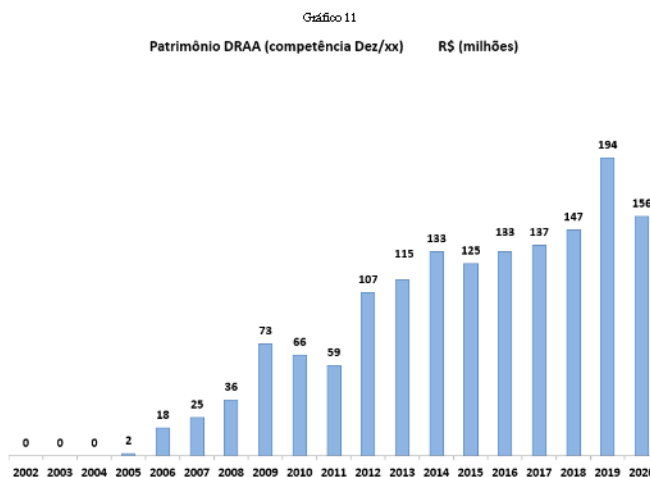


Previdência do Servidor, Construindo Um Novo

- Evolução patrimonial**

Atualmente, em agosto/21, o IGEPREV acumula desempenho global de sua carteira de investimentos de 1,63%, contra uma meta atuarial de 9,49% e CDI de 2,07%. Este assunto será tratado em detalhes no tópico "Estratégia de alocação entre diversos segmentos (art. 4º, II) - Avaliação do atual perfil da carteira e impactos das estratégias adotadas (Resumo Analítico)".

O gráfico 11 apresenta o histórico do Patrimônio do RPPS registrado no DRAA a cada final de exercício desde 2002. O gráfico 12 apresenta os valores dos recursos financeiros, apenas.



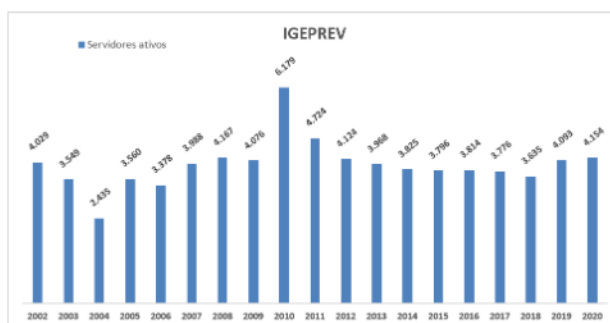
Assinado por 5 pessoas: WILLAMES BARBOSA COSTA, CLESSIANE NUNES DA SILVA, THOMAZ GUILHERME MOREIRA DE SOUZA, PEDRO EDUARDO ALENCAR GRANJA e GUSTAVO DOS SANTOS PALHARES. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 84CE-76B7-7EB3-652F



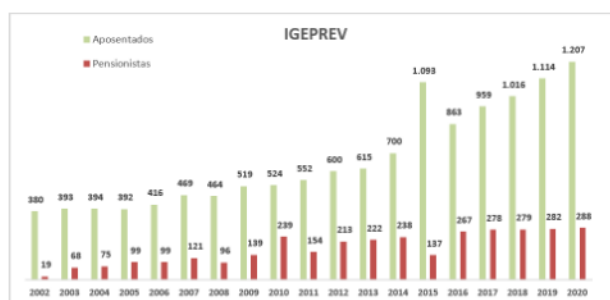


Previdência do Servidor, Construindo Um Novo

- **Evolução dos benefícios**

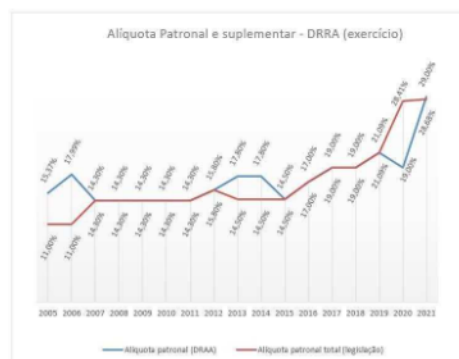
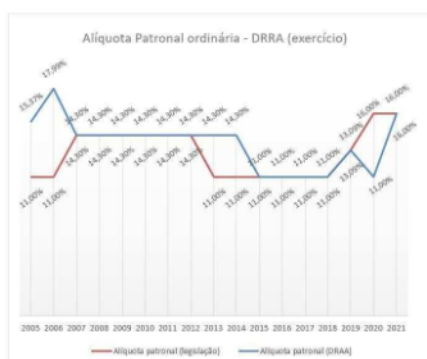


Fonte: DRAA's



Fonte: DRAA's

- **Evolução das alíquotas de contribuição**



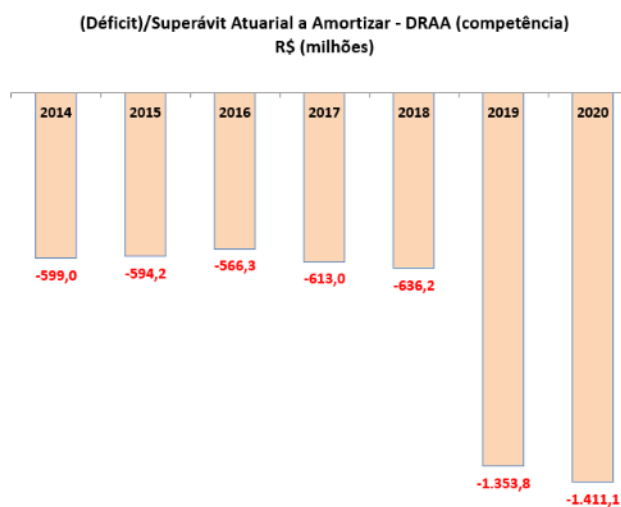
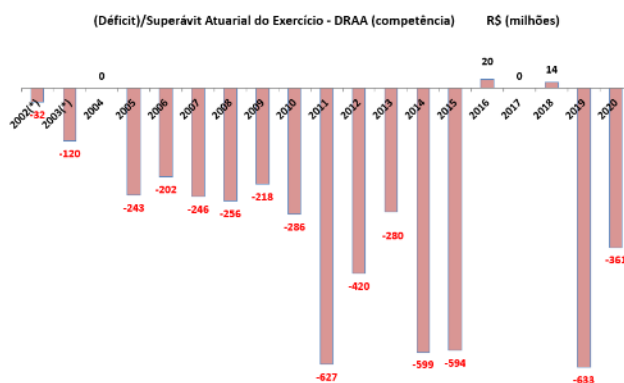
Assinado por 5 pessoas: WILLAMES BARBOSA COSTA, CLESSIANE NUNES DA SILVA, THOMAZ GUILHERME MOREIRA DE SOUZA, PEDRO EDUARDO ALENCAR GRANJA e GUSTAVO DOS SANTOS PALHARES. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 84CE-76B7-7EB3-652F





Previdência do Servidor, Construindo Um Novo

- Evolução dos resultados atuariais



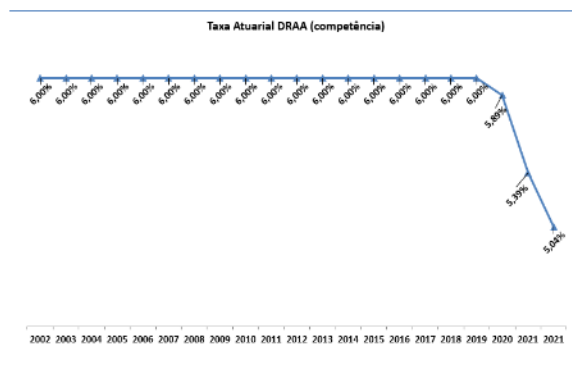
Assinado por 5 pessoas: WILLAMES BARBOSA COSTA, CLESSIANE NUNES DA SILVA, THOMAZ GUILHERME MOREIRA DE SOUZA, PEDRO EDUARDO ALENCAR GRANJA e GUSTAVO DOS SANTOS PALHARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 84CE-76B7-7EB3-652F





Previdência do Servidor, Construindo Um Novo

- **Evolução da taxa atuarial**



Segundo o cálculo atuarial vigente, o RPPS encontra-se com déficit de R\$ 633,4 milhões apresentando em seu Plano de Custeio um alto custo para o Ente, 14,34% mais aporte mensais de R\$ 7,455 milhões. Quanto à taxa atuarial para 2021 a Portaria nº 12.233 de 14.05.2020, citada na introdução, definiu um teto de 5,47% e colocará o IGEPREV em situação de desequilíbrio atuarial, havendo nova necessidade de se redefinir seu plano de amortização. Estimativas baseadas no cenário Focus, projetam juro real em 2021 de -0,87%, colocando o desafio de superar a meta atuarial ainda mais remoto.

Monitorando os dados do IGEPREV, analisando seus efeitos nas contas, baseando-se no histórico dos relatórios atuariais e nos DRAA's, desde 2002, dos extratos bancários e das informações da contabilidade neste exercício, podemos concluir que há evidências de que o IGEPREV deve urgentemente promover uma segregação de sua massa de beneficiários para tomar o plano previdenciário viável.

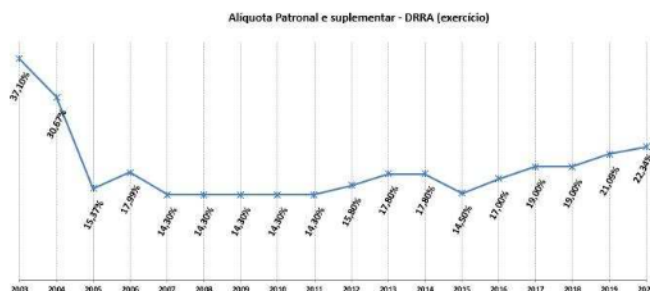
Abaixo, apresentamos o histórico dos DRAA – Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial, disponibilizados na base da SPREV.



Assinado por 5 pessoas: WILLAMES BARBOSA COSTA, CLESSIANE NUNES DA SILVA, THOMAZ GUILHERME MOREIRA DE SOUZA, PEDRO EDUARDO ALENCAR GRANJA e GUSTAVO DOS SANTOS PALHARES. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.10cc.com.br/verificacao/> e informe o código 84CE-76B7-7EB3-652F



Previdência do Servidor, Construindo Um Novo

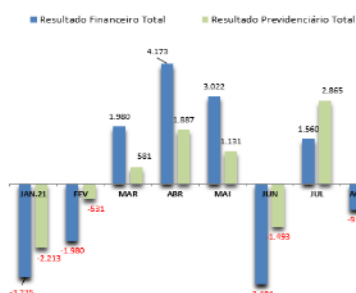


Atualmente, o plano de amortização constante no relatório atuarial é inviável no longo prazo, com amortização suplementar inicial de 13% e passando para 62% (após 2026) durante 35 anos, atualizados pelo IPCA, para equalizar um déficit atuarial acumulado de R\$ 1,5 bilhão.

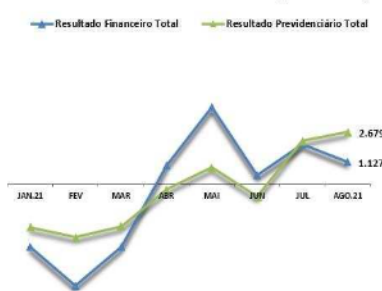
Analisamos o Resultado Financeiro mensal e acumulado composto por contribuição patronal ordinária, contribuição do servidor, amortização do déficit atuarial, parcelamento de débitos previdenciários, multa/juros sobre contribuições previdenciárias, demais receitas recebidas e receita patrimonial (financeira); e comparamos com o Resultado Previdenciário total, composto por contribuição patronal ordinária, contribuição do servidor, amortização do déficit previdenciário, parcelamento de débitos previdenciários, multa/juros sobre contribuições previdenciárias e os pagamentos da folha de ativos do IGEPREV, inativos e pensionistas.

É notório que as despesas previdenciárias se encontram bem superiores às receitas previdenciárias, impedindo que o sistema acumule recursos para pagamentos futuros. Os cálculos atuariais dos exercícios 2016, 2017 e 2018 já previam uma deficiência financeira; respectivamente: R\$ 36,9 milhões, R\$ 48 milhões e R\$ 51,8 milhões. Em 2021 o DRAA não indica se existe superávit ou déficit financeiro, no entanto a realidade do exercício 2021 demonstra uma suficiência de R\$ 1,1 milhão até agosto/21.

2021 - Resultado líquido mensal (R\$ milhares)



2021 - Resultado acumulado mensal (R\$ milhares)

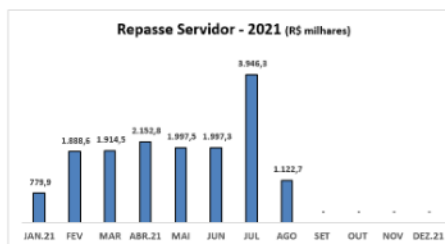
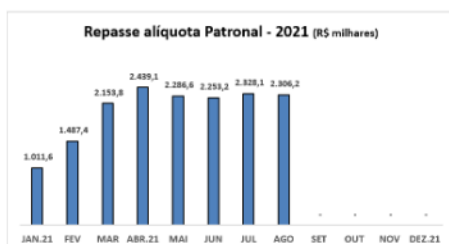


Assinado por 5 pessoas: WILLAMES BARBOSA COSTA, CLESSIANE NUNES DA SILVA, THOMAZ GUILHERME MOREIRA DE SOUZA, PEDRO EDUARDO ALENCAR GRANJA e GUSTAVO DOS SANTOS PALHARES. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 84CE-76B7-7EB3-652F.



Previdência do Servidor, Construindo Um Novo

Analisando os gráficos acima, podemos destacar ocorrências pontuais: em julho/21 ocorreu expressiva variação no recebimento da contribuição do servidor em virtude do adiantamento do 13º salário.



No entanto, nos meses de janeiro, fevereiro e junho/21 o IGEPREV incorreu em Despesas Previdenciárias superiores às Receitas Previdenciárias.

É responsabilidade dos gestores do RPPS em preservar a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial de seu regime. No entanto, apesar do esforço do tesouro municipal de Petrolina-PE, que contribuiu em 2021 (até agosto) com cerca de 94% dos recursos recebidos pelo IGEPREV, conforme quadro abaixo, este não cumpre a regra elementar de manter o sistema equilibrado pois, encontra-se em elevado déficit atuarial (R\$ 1,5 bilhão).



Fontes de recursos (Jan e Jul 2021)	R\$ (milhares)
Pagamentos	48.485,5
Contribuição servidor (14%)	15.799,6
Contribuição do Ente	31.593,8
Demais Receitas	626,0
Rendimento aplicações	1.592,8
Evolução anual do PL	642,59
Meta atuarial	15.246,1

Atendendo exigências do Pró-Gestão RPPS, o qual o IGEPREV aderiu em 02.05.2019, é recomendável também a realização de estudos de gerenciamento de ativos e passivos, a partir de modelos matemáticos de gestão do ativo e das taxas de juros do passivo (*Asset Liability Management - ALM*), visando à otimização das carteiras de investimento para implementação das estratégias de carteiras específicas para os compromissos do plano com seus segurados e beneficiários.

Porém, outras questões urgentes e relevantes encontram-se atualmente no aguardo de respostas. Trata-se de uma pauta relativa à gestão do IGEPREV na busca de seu equilíbrio financeiro e atuarial.

Podemos apontar soluções de CURTO, MÉDIO e LONGO prazos:



Previdência do Servidor, Construindo Um Novo

CURTO PRAZO:

- continuar a buscar uma melhor eficiência na gestão financeira do IGEPREV. A opção de se investir nos fundos do art. 9º da Resolução, Investimento no Exterior, são uma oportunidade adequada já iniciada. Porém pelo status de investidor em geral, e não qualificado, reduz oportunidades de mercado mais adequadas ao RPPS;
- providenciar junto à administração, com base no item 11.2. (pg. 38) do Relatório de Avaliação Atuarial de 31.12.20, de equacionar o déficit atuarial do regime de previdência do município de Petrolina, ao optar pelas possíveis soluções apresentadas: amortização por aliquota suplementar (escolhida); amortização por aportes periódicos e outros recursos; segregação de massa;
- providenciar o estudo de gerenciamento de ativos e passivos (*Asset Liability Management - ALM*), para a elaboração do diagnóstico da carteira de investimentos atual do RPPS e proposta de revisão de alocação das aplicações financeiras da política de investimentos, visando a otimização das carteiras de investimento;
- adequar a taxa de administração do RPPS às novas exigências da Portaria nº 19.541 de 18.08.2020;

MÉDIO PRAZO:

- Poderá o IGEPREV adequar/reduzir a quantidade de servidores em seu quadro tendo em vista a diminuição de suas atribuições derivada da EC 103/2019, em virtude da desoneração dos benefícios de auxílio-doença, licença maternidade e salário-família a partir de 2020;
- adequar o IGEPREV aos compromissos assumidos com o pró-Gestão RPPS e adotar as melhores práticas de gestão previdenciária, que proporcionem maior controle dos seus ativos e passivos e mais transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade.

LONGO PRAZO:

- orientar a administração pública para adotar medidas prudenciais quanto a concessão de reajustes de servidores, ou seja, planejar os impactos atuariais em toda alteração extraordinária de verbas permanentes.

Assinado por 5 pessoas: WILLAMES BARBOSA COSTA, CLESSIANE NUNES DA SILVA, THOMAZ GUILHERME MOREIRA DE SOUZA, PEDRO EDUARDO ALENCAR GRANJA e GUSTAVO DOS SANTOS PALHARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 84CE-76B7-7EB3-652F





Previdência do Servidor, Construindo Um Novo

Aspectos Internos

Contexto econômico e político *(Resumo Analítico) (Anexo P.1.)*

No contexto econômico, em relação ao ambiente doméstico, o cenário para 2022, conforme relatório Focus de 27.09.21, na mediana Top 5 Curto Prazo, é de razoável pessimismo com a recuperação da atividade econômica (PIB de 1,57%) em relação a 2021 (PIB de 5,04%), manutenção da inflação em patamares de 4,12%, elevação da taxa Selic para 8,50%, com forte expectativas de que a vacinação em massa possa retomar a retomada das atividades na sociedade.

Expectativas para 2022	
IPCA ⁽¹⁾	4,12%
Taxa SELIC – atual 10.2021 ⁽¹⁾	6,25%
Taxa SELIC – média ⁽¹⁾	8,38%
Taxa SELIC – dez. ⁽¹⁾	8,50%
PIB ⁽¹⁾	1,57%
Juro Real	4,26%
Taxa Real da Meta Atuarial	5,04%
Meta Atuarial	9,37%
Meta atuarial (% CDI)	112%

(1) Fonte: BACEN; (2) IBGE em 27/09/2021

No cenário para 2022 a expectativa doméstica está baseada nas eleições presidenciais, ao gasto público e consequentemente a elevação do risco fiscal, não desprezando as reformas administrativas e tributária e o final da pandemia do coronavírus.

Demandas domésticas como o Auxílio Brasil, que substitui o Bolsa Família, coloca investidores em alerta quanto ao real compromisso do governo com as contas públicas, principalmente em ano eleitoral, tendo em vista que a vontade do governo é elevar o benefício em 50%.

Em 2022 o orçamento da União sofrerá um impacto de R\$ 90 bilhões para pagamentos de precatórios, antes estimados em R\$ 57 bilhões, colocando em risco o cumprimento do Teto de Gastos. Atualmente esse assunto encontra-se em discussão no STF com duas possíveis soluções: ou tira esse ônus do Teto de Gastos (não é de responsabilidade do poder executivo), ou submete essa despesa às regras do Teto. O parcelamento não está descartado.

A sombra da crise hídrica ronda aqueles mais atentos, já com impactos elevados nas contas de energia ainda em 2021. Porém risco de racionamento poderá ocorrer caso a regularidade de chuvas não aconteça.

Assinado por 5 pessoas: WILLAMES BARBOSA COSTA, CLESSIANE NUNES DA SILVA, THOMAZ GUILHERME MOREIRA DE SOUZA, PEDRO EDUARDO ALENCAR GRANJA e GUSTAVO DOS SANTOS PALHARES. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 84CE-76B7-7EB3-652F



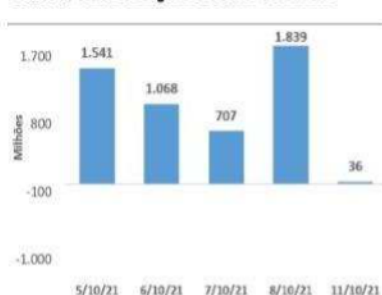


IGEPREV
Instituto de Gestão Previdenciária
do Município de Petrolina

Previdência do Servidor, Construindo Um Novo

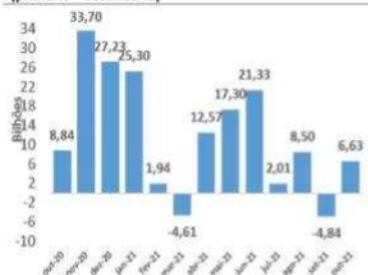
O investidor estrangeiro a partir de janeiro/21 demonstrou elevado otimismo ingressando fortemente na B3.

Gráfico 1: Fluxo Estrangeiro B3 Diário - Secundário



Fonte: Bloomberg. Elaborado por: Eleven Financial Research

Gráfico 2: Fluxo Estrangeiro B3 Mensal - Saldo (primário + secundário)



Fonte: Bloomberg. Elaborado por: Eleven Financial Research

Gráfico 3: Fluxo Estrangeiro B3 Mensal (primário e secundário)



Fonte: Bloomberg. Elaborado por: Eleven Financial Research

Assinado por 5 pessoas: WILLAMES BARBOSA COSTA, CLESSIANE NUNES DA SILVA, THOMAZ GUILHERME MOREIRA DE SOUZA, PEDRO EDUARDO ALENCAR GRANJA e GUSTAVO DOS SANTOS PALHARES. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 84CE-76B7-7EB3-652F

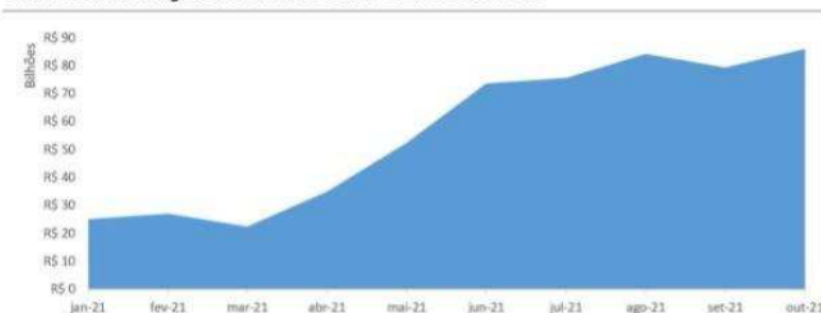




IGEPREV
Instituto de Gestão Previdenciária
do Município de Petrolina

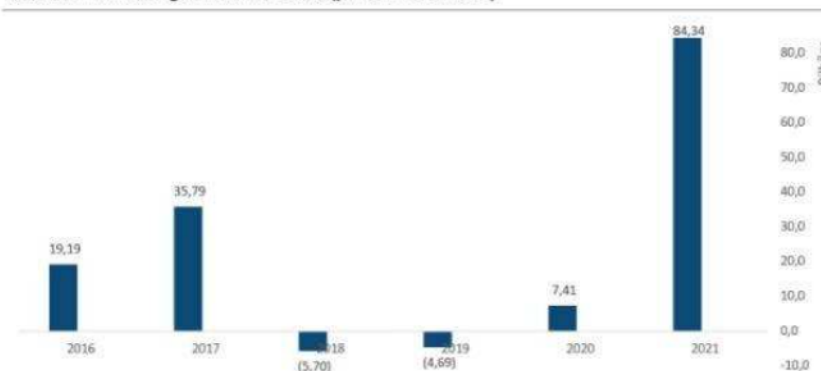
Previdência do Servidor, Construindo Um Novo

Gráfico 4: Fluxo Estrangeiro B3 Acumulado de 2021 – Primário e secundário



Fonte: Bloomberg. Elaborado por: Eleven Financial Research

Gráfico 5: Fluxo Estrangeiro B3 Anual – Saldo (primário + secundário)



DBS: O ano de 2021 considera os dados disponibilizados pela B3 até agosto (preliminares).

Fonte: B3. Elaborado por: Eleven Financial Research

Assinado por 5 pessoas: WILLAMES BARBOSA COSTA, CLESSIANE NUNES DA SILVA, THOMAZ GUILHERME MOREIRA DE SOUZA, PEDRO EDUARDO ALENCAR GRANJA e GUSTAVO DOS SANTOS PALHARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 84CE-76B7-7EB3-652F



Previdência do Servidor, Construindo Um Novo

Aspectos Internos

Alterações legais, regimentais e da gestão *(Resumo Analítico)*

Com nova gestão municipal a partir de 2021, continuamos com o mesmo gestor do RPPS, Sr. Willames Barbosa, que reformulou a administração da autarquia.

A Lei nº 3.346 de 23 de dezembro de 2020, deu nova redação à Lei Municipal nº. 1.990, de 01 de outubro de 2007, e deu outras providências tais como: criação do Comitê de Investimentos (originalmente criado em 11 de agosto de 2017, através da Portaria 088/2017) e a criação da Diretoria de Investimentos.

A Portaria nº 601 de 27.01.2021 nomeou os novos membros do Comitê de Investimentos para novo ciclo de mandato.

A Portaria nº 1.068 de 22.09.21 reestruturou o Comitê de Investimentos do IGEPREV.

ACÕES REALIZADAS

PROGRAMA PRO-GESTÃO

Considerando que o PRÓ-GESTÃO RPPS é um programa de certificação institucional e modernização dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, como reconhecimento da excelência e das boas práticas de gestão, instituída pela Secretaria de Previdência Social.

Considerando que o objetivo da certificação está preconizada no art. 2º da Portaria MPS nº 185/2015, cujo qual visa incentivar os RPPS a adotarem melhores práticas de gestão previdenciária, que proporcionem maior controle dos seus ativos e passivos e mais transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade, o IGEPREV iniciou as ações gerais para obtenção da certificação, dentre as quais, a ADESAO.

CENSO PREVIDENCIÁRIO

O Censo Previdenciário é uma determinação contida no artigo 3º da Lei Federal 10.887, de 18 de junho de 2004 e ao disposto na Constituição Federal, no que se refere ao princípio do equilíbrio financeiro e atuarial do Regime de Previdência dos servidores públicos, necessário para aferir as obrigações e direito do Regime Próprios de Previdência Social depende, de forma direta, da consistência da base cadastral utilizada na avaliação inicial e reavaliações atuariais anuais.

Em atendimento a essa norma legal, o IGEPREV realizou através licitação, a contratação da empresa AGENDA ASSESSORIA, PLANEJAMENTO E INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.059.307/0001-68 para elaborar:

1. Censo Funcional (atualização do histórico funcional do segurado, vínculos funcionais, tempos de contribuição, aposentadorias adquiridas, histórico funcional, cargos e carreiras);
2. Censo Cadastral (atualização de informação cadastral dos servidores, tais como: endereço, CPF, comprovante de residência, e-mail, número de telefone, estado civil, dependentes, número de NIT/PIS);
3. Censo Financeiro (atualização das informações financeiras do segurado, base de cálculo, valor de contribuições Previdenciárias e benefícios recebidos).

O censo resultará no armazenamento de dados em um sistema de informações dos servidores públicos ativos, inativos, pensionistas e demais dependentes segurados obrigatórios do IGEPREV, (Informações cadastrais, Informações funcionais, Informações financeiras) construindo um banco de dados geral que servirá para o Cadastro Nacional de Informações Sociais de Regime Próprio de Previdência Social – CNIS- RPPS; para o Sistema Previdenciário de Gestão de Regime Públicos de Previdência Social – SIPREV/Gestão; para o Sistema





Previdência do Servidor, Construindo Um Novo

de Gestão de Regime Próprio de Previdência Social utilizado pelo RPPS; e também para emissão da Certidão de Tempo de Contribuição - CTC, e demais funcionalidades requeridas pela gestão, bem como para melhorar o cadastro dos servidores do executivo, atendendo às necessidades advindas da implementação do cumprimento das regras do sistema e-Social.

FINANCEIRO

Resultado dos saldos dos investimentos do IGEPREV dos meses de janeiro/21 a agosto/21.

A Política de Investimentos do IGEPREV, objetiva estabelecer as diretrizes das aplicações dos recursos garantindo os pagamentos dos segurados e beneficiários do regime, visando também, atingir a meta atuarial estabelecida e garantir o equilíbrio econômico-financeiro. A Política de Investimentos objetiva ainda, zelar pelas aplicações dos recursos, alocando os investimentos em instituições que possuam solidez patrimonial.

O ano de 2021 tendo a pandemia do coronavírus, e suas consequências nas principais economias mundiais, como fator primordial para as desvalorizações de ativos em todo o mundo teve no Brasil, como país emergente e mais vulnerável neste cenário, registrou no exercício de 2021 uma valorização de apenas 1,63%, contra uma meta atuarial acumulada de 9,49% e o CDI em 2,07%.

Assinado por 5 pessoas: WÍLLAMES BARBOSA COSTA, CLESSIANE NUNES DA SILVA, THOMAZ GUILHERME MOREIRA DE SOUZA, PEDRO EDUARDO ALENCAR GRANJA e GUSTAVO DOS SANTOS PALHARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 84CE-76B7-7EB3-652F





Previdência do Servidor, Construindo Um Novo

OBJETIVOS

Parâmetros de rentabilidade almejados (art. 4º, III)

Justificativa do indexador e do cenário prospectivo de juros (Meta de Rentabilidade)

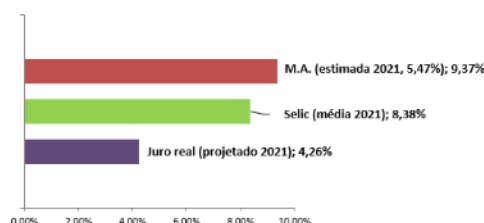
O indexador da meta atuarial em nosso RPPS é o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE o qual mede oficialmente o índice de inflação no país. O IPCA é utilizado pelo Governo para o cumprimento da missão de assegurar a estabilidade do poder de compra de nossa moeda, sendo também o indexador dos TPF's, os principais ativos que remuneram ainda o setor de RPPS. O Banco Central do Brasil, em reuniões do COPOM (Comitê de Política Monetária) do CMN (Conselho Monetário Nacional), determina a meta inflacionária utilizando o IPCA como referência, acompanhando, ao longo do exercício em análise, o cumprimento do objetivo desejado.

Atualmente, as projeções expostas pela Gerin – Gerência Executiva de Relacionamento com Investidores do BACEN, em seu "Relatório de Mercado – FOCUS", de 27/09/2021, cujo informe relata as projeções do mercado com base em consulta a aproximadamente cem instituições financeiras durante a semana anterior, revelam para 2022, um cenário favorável aos investimentos dos RPPS's, visto 2022 apresentar, pelos atuais indicadores, juros reais de **4,26%** e meta atuarial pouco acima do **CDI (112%)**. Com índice inflacionário com viés de alta, projetando no pior cenário um **IPCA de 4,17%** e **Taxa SELIC no final do ano de 8,50%**, com média de **8,38%**.

O RPPS, como investidor normal (sem CRP e sem Pró-Gestão RPPS) e administrador de recursos deverá buscar a excelência de seus investimentos, procurando superar a **meta atuarial para o exercício de 2022 estimada em 9,37%**, ou **112% do CDI**. O teto da meta atuarial para 2022 (IPCA + 5,04% aa) está disposta na Portaria nº 6.132 de 25.05.2021, lembrando que a avaliação atuarial de 31.12.2021 é que irá definir a taxa atuarial mediante Estudo de Adequação das Hipóteses Atuariais. Sendo assim, a taxa atuarial de 5,04% é uma estimativa.

Financeiramente uma meta atuarial na ordem de 112% do CDI (IPCA+5,04%aa para 2022) é um parâmetro não tão elevado. Possivelmente não haverá dificuldades de se cumprir a meta atuarial em 2022, lembrando também que os juros reais para o exercício 2022 está em 4,26%.

Projeção Focus 2022 - semana 27/09/21



Assinado por 5 pessoas: WILLAMES BARBOSA COSTA, CLESSIANE NUNES DA SILVA, THOMAZ GUILHERME MOREIRA DE SOUZA, PEDRO EDUARDO ALENCAR GRANJA e GUSTAVO DOS SANTOS PALHARES. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 84CE-76B7-7EB3-652F



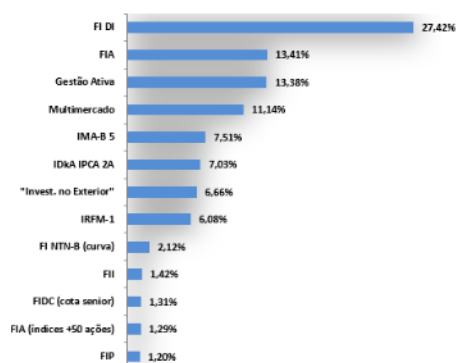
Previdência do Servidor, Construindo Um Novo

Parâmetros de rentabilidade almejados (art. 4º, III)

Aderência da meta ao perfil da carteira e obrigações do plano (Meta de Rentabilidade)

Em 31/08/2021 possuíamos 28,47% de nosso PL aplicados em ativos de renda variável e 64,88% em renda fixa e 6,66% em investimentos no exterior, basicamente atrelados aos indicadores conforme quadro abaixo:

Distribuição por categoria (%) - 08/2021



Nosso parâmetro de rentabilidade almejado em IPCA+5,04%, deverá se manter elevado pelos parâmetros de juros reais estimados para 2022. No entanto, a possibilidade das taxas de juros dos TPF subirem para patamares plausíveis em 2022, será uma oportunidade esperada possibilitando adquirir ativos atrelados à meta atuarial.

Assinado por 5 pessoas: WILLAMES BARBOSA COSTA, CLESSIANE NUNES DA SILVA, THOMAZ GUILHERME MOREIRA DE SOUZA, PEDRO EDUARDO ALENCAR GRANJA e GUSTAVO DOS SANTOS PALHARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 84CE-76B7-7EB3-652F



Previdência do Servidor, Construindo Um Novo

Parâmetros de rentabilidade almejados (art. 4º, III)

Objetivos da gestão de investimentos para 2021, considerando os cenários interno e externo e o perfil da carteira (Meta de Rentabilidade)

A Política Anual de Investimentos do IGEPREV para o exercício de 2022 tem o papel de delimitar os objetivos em relação ao modelo de gestão de seus ativos (art. 4º, I e art. 15), quanto à estratégia de alocação dos recursos entre os diversos segmentos de aplicação (art. 4º, II) e as respectivas carteiras de investimentos de acordo com o perfil de suas obrigações e os parâmetros de rentabilidade almejados (art. 4º, III), respeitando os limites de aplicação e diversificação (art. 4º, IV) expostos na Resolução.

Este instrumento que proporciona aos envolvidos na gestão dos recursos o roteiro para o cumprimento das metas aqui traçadas tratará, ainda, da superação da rentabilidade mínima a ser conquistada pelos gestores para o exercício apontado (IPCA + 5,04% aa). Nesse quesito, lembramos que as obrigações previdenciárias possuem um caráter de longo prazo. Sendo assim, seus resultados dentro de determinado exercício, por vezes, podem não alcançar a proposta inicial.

No intuito de maximizar a taxa de rentabilidade real para a carteira do RPPS, a estratégia de investimentos cuidará de indicar as melhores opções dentro das classes de ativos renda fixa, renda variável e investimento no exterior que, a nosso entender, e mediante o cenário que se desenha, com juros reais projetados de 4,26% e meta atuarial estimada em 112% do CDI, indica elevada dificuldade para que o desempenho da carteira conquiste um resultado atuarial estimado de 9,37% para 2022.

Ao longo do próximo exercício, no acompanhamento desta Política, o IGEPREV poderá estar buscando taxas melhores em ativos alternativos, seja no segmento de Renda Fixa, Renda Variável ou Investimento no Exterior.

O IGEPREV considera imprescindível a saudável preservação do capital, o qual é garantidor dos benefícios atuais e futuros, sendo necessário, então, sem se expor a riscos desnecessários, buscar, além da diversificação, a excelência na gestão, não apenas dos recursos, mas, também, do próprio regime como um todo, inclusive servidores.

Destacamos, abaixo, os principais pontos em foco na gestão do IGEPREV para o exercício 2022:

• EQUALIZAR O DÉFICIT ATUARIAL

- o Discutir com a administração se irá manter o atual plano de amortização por alíquotas.

• ATIVOS ATRELADOS À META ATUARIAL

- o É o principal atributo na aquisição de ativos.

Assinado por 5 pessoas: WILLAMES BARBOSA COSTA, CLESSIANE NUNES DA SILVA, THOMAZ GUILHERME MOREIRA DE SOUZA, PEDRO EDUARDO ALENCAR GRANJA e GUSTAVO DOS SANTOS PALHARES. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 84CE-76B7-7EB3-652F





Previdência do Servidor, Construindo Um Novo

- **TAXA DE RETORNO ACIMA DA META ATUARIAL COM ADEQUADA RELAÇÃO RISCO X RETORNO**
 - Possuir atratividade em relação à meta atuarial, não implica absoluta intenção de aquisição do ativo em análise. Mensurar seus riscos é tão fundamental quanto seu retorno para adequação do investimento.
- **DAR CONTINUIDADE À DIVERSIFICAÇÃO EM BUSCA DE PRODUTOS ESTRUTURADOS E DE RENDA VARIÁVEL**
 - Como demonstrando anteriormente, possuímos atualmente menos de 3% de nossa carteira em ativos atrelados à meta atuarial. Com o Estudo do ALM, que deverá ser repetido após novo cálculo atuarial considerando as alterações provenientes da Reforma, inicialmente deveremos ampliar nossas alocações para o máximo permitido em renda variável com estratégia de gestão alinhada com nosso RPPS, preferencialmente com ativos de dinâmica própria, gestão com engajamento construtivo e o novo modelo de sistema de logaritmos. Em seguida, buscar oportunidades fundos estruturados (FIP transmissão, infraestrutura, multimercados e FIDC) serão alvo de busca, considerando as oportunidades que surgirão com a retomada da economia e cumprimento da agenda de privatizações e concessões propostas pelo governo federal.
- **MANTER-SE FIEL AOS CRITÉRIOS DE CREDENCIAMENTO DESENVOLVIDOS PELO IGEPREV**
 - As entidades autorizadas a trabalhar com o IGEPREV são: BB, CEF, Itaú, Bradesco, BTG Pactual, Santander, Safra, pois representam, não apenas, a solidez patrimonial desejada, como também expressivo volume de recursos administrados e a larga experiência no exercício da atividade de administração de recursos terceiros. Este critério está bem desenvolvido em capítulo próprio, adiante.

Assinado por 5 pessoas: WILLAMES BARBOSA COSTA, CLESSIANE NUNES DA SILVA, THOMAZ GUILHERME MOREIRA DE SOUZA, PEDRO EDUARDO ALENCAR GRANJA e GUSTAVO DOS SANTOS PALHARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 84CE-76B7-7EB3-652F





Previdência do Servidor, Construindo Um Novo

Estratégia de alocação entre diversos segmentos (art. 4º, II)
Avaliação do cenário macroeconômico e financeiro e análises setoriais; perspectivas para os investimentos (Resumo Analítico)

Atualmente, as projeções expostas pela Gerin – Gerência Executiva de Relacionamento com Investidores do BACEN, em seu "Relatório de Mercado – FOCUS", de 27/09/2021, cujo informe relata as projeções do mercado com base em consulta a aproximadamente cem instituições financeiras durante a semana anterior, revelam para 2021, um cenário desfavorável aos investimentos dos RPPS's, visto 2022 apresentar, pelos atuais indicadores, juros reais de 4,26% e meta atuarial no padrão de 112% do DI. Com índice inflacionário em ritmo crescente, projeta-se um IPCA de 4,17% e Taxa SELIC no final do ano de 8,50%, com média de 8,38%. O RPPS, como investidor qualificado e administrador de recursos deverá buscar a excelência de seus investimentos, procurando superar a meta atuarial para o exercício de 2022 estimada em 9,37%.

Financeiramente, uma meta atuarial na ordem de 112% do CDI (IPCA + 5,04%aa para 2022) é um parâmetro muito exigente e irreal em ativos de baixo risco de crédito, visto que a taxa DI é referência elementar no mercado, conferindo parâmetro adequado para mensurar o desafio de se alcançar o objetivo atuarial.

Não sendo classificados como investidor qualificado, considerando as exigências da SEPREV para investidor profissional (PL acima de R\$ 1 bilhão, mesmo com pontuação máxima no Pró-Gestão RPPS) nossas opções ficam limitadas. No entanto, é nossa obrigação como gestores direcionar nossos investimentos para ativos atrelados à meta atuarial, utilizando o estudo de ALM e em seguida, alocar recursos de forma diversificada e em ativos o mais desconhecados possível, como multimercados, fundos de Crédito Privado, FIP, FII de Crédito e RV de estratégias diversificadas

Assinado por 5 pessoas: WILLAMES BARBOSA COSTA, CLESSIANE NUNES DA SILVA, THOMAZ GUILHERME MOREIRA DE SOUZA, PEDRO EDUARDO ALENCAR GRANJA e GUSTAVO DOS SANTOS PALHARES. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 84CE-76B7-7EB9-652F





Previdência do Servidor, Construindo Um Novo

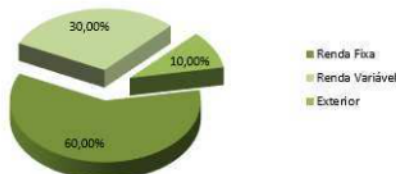
Estratégia de alocação entre diversos segmentos (art. 4º, II)
Avaliação do atual perfil da carteira e impactos das estratégias adotadas (Resumo Analítico)

• **Avaliação do atual perfil da carteira**

- o Análise quantitativa da PI
- o Análise quantitativa efetiva
- o Distribuição quantitativa (% e R\$) por Instituição, por enquadramento e segmento
- o Análise dos limites de alocação
- o Desempenho da geral da carteira, por Instituição e por segmento
- o Avaliação do desempenho atuarial
- o Segmentação das fontes de recursos
- o Análise quantitativa de fundos por Instituição
- o Quadro-resumo de alocações, rentabilidade, desempenho
- o Comparativo do desempenho financeiro sobre o atuarial
- o Comparativo nova gestão

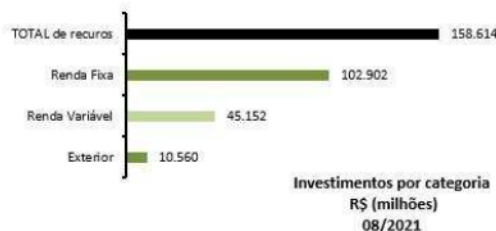
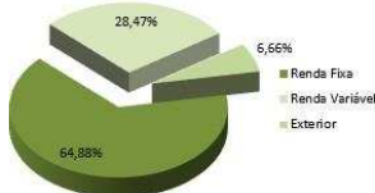
Análise quantitativa

Investimentos por categoria
alocação programada na PAI-2022



Análise quantitativa

Investimentos por categoria
alocação efetiva - 08/2021



Assinado por 5 pessoas: WILLAMES BARBOSA COSTA, CLESSIANE NUNES DA SILVA, THOMAZ GUILHERME MOREIRA DE SOUZA, PEDRO EDUARDO ALENCAR GRANJA e GUSTAVO DOS SANTOS PALHARES. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 84CE-76B7-7EB3-652F



Previdência do Servidor, Construindo Um Novo

Distribuição quantitativa (% e R\$) por Instituição, por enquadramento e segmento Análise dos limites de alocação

Quadro-resumo de alocações, em percentual por enquadramento e Instituição Financeira - 08/2021:

Enquadramento Resolução 3922/2010			3.922/10	PAI	Total	CEF	BB	BBIF	LME	BNB	Ático	JP M
RF	art. 7º, I, b	Gestão Ativa			0,00%	0,00%	0,00%					
		IRFM-1			6,08%	5,06%	1,03%					
		IRFM			0,00%	0,00%						
		IRFM-1+			0,00%							
		IMA-B			0,00%	0,00%						
		IMA-B S			7,51%	7,51%						
		IMA-B S+			0,00%	0,00%						
		IDRA IPCA 2A			7,03%	7,03%						
	FI NTN-B (curva)			2,12%			2,12%					
			100%	100%	22,76%	19,61%	3,15%					
art. 7º, IV, a	FI DI			27,42%	27,42%							
	Gestão Ativa			13,38%	9,58%	3,80%						
		40%	40%	40,81%	37,01%	3,80%						
art. 7º, VII, a	FIDC (cota senior)	5%	5%	1,31%			0,46%	0,85%				
TOTAL RF			100%	100%	64,88%	56,62%	6,95%	0,46%	0,85%			
RV	art. 8º, I, a	FIA (índices +50 ações)	30%	30%	1,29%	1,29%						
	art. 8º, II, a	FIA	20%	20%	13,41%	12,03%				1,39%		
	art. 8º, III	Multimercado	10%	10%	11,14%	11,14%						
	art. 8º, IV, a	FIP	5%	5%	1,26%					1,20%		
	art. 8º, IV, b	FII	5%	5%	1,42%						1,42%	
TOTAL RV			30%	30%	20,47%	24,46%				1,39%	2,62%	
IE	art. 9º, II	"Invest. no Exterior"	10%	10%	4,11%	0,25%	0,82%					3,04%
	art. 9º, III	Ações BDR Nível I			2,55%	1,26%	1,29%					
				10%	10%	6,66%	0,25%	2,10%				3,04%
TOTAL GERAL			100%	100%	100,00%	81,32%	9,93%	0,46%	0,85%	1,39%	2,62%	3,04%

Quadro-resumo de alocações, em R\$ por enquadramento e Instituição Financeira - 08/2021:

Enquadramento	Resolução 4695/2018	4.695/18	PAI	Total	CEF	BB	BBIF	LME	BNB	Ático	JP M
RF	art. 7º, I, b	Gestão Ativa									
		IRFM-1		9.650.888,11	8.022.541,36	1.628.348,75					
		IRFM		-	-	-					
		IRFM-1+		-	-	-					
		IMA-B		11.916.717,59	11.916.717,59						
		IMA-B S		-	-	-					
		IMA-B S+		-	-	-					
		IDRA IPCA 2A		11.158.022,01	11.158.022,01						
		FI NTN-B (curva)		3.369.702,76	3.369.702,76						
			100%	36.095.330,47	31.097.280,96	4.998.049,51	-	-	-	-	-
RV	art. 7º, IV, a	FI DI		43.499.305,74	43.499.305,74						
		Gestão Ativa		21.229.394,06	15.202.773,71	6.026.620,35					
			40%	64.728.699,80	58.702.079,45	6.026.620,35					
		FIDC (cota senior)		2.077.642,58			726.063,27	1.351.579,31			
			5%	2.077.642,58			726.063,27	1.351.579,31			
			100%	102.901.672,85	89.799.360,41	11.024.669,86	726.063,27	1.351.579,31			
		TOTAL RF	100%	102.901.672,85	89.799.360,41	11.024.669,86	726.063,27	1.351.579,31			
		art. 8º, I, a		2.042.447,17	2.042.447,17						
		FIA (índices +50 ações)		21.277.143,56	19.077.394,05						
		art. 8º, II, a		17.676.238,95	17.676.238,95						
RV	art. 8º, III	Multimercado		17.676.238,95	17.676.238,95						
			10%	17.676.238,95	17.676.238,95						
		art. 8º, IV, a		1.910.777,18						1.910.777,18	
		FIP		1.910.777,18						1.910.777,18	
		art. 8º, IV, b		2.245.564,29						2.245.564,29	
		FII		2.245.564,29						2.245.564,29	
			30%	45.152.171,15	38.796.080,17				2.199.749,51	4.156.341,47	
		TOTAL RV	30%	45.152.171,15	38.796.080,17				2.199.749,51	4.156.341,47	
		art. 9º, II		6.514.869,11	392.341,95	1.298.251,20					4.824.215,96
		Invest. no Exterior		4.045.415,77	2.006.164,12	2.039.251,65					4.824.215,96
RV	art. 9º, III	Ações BDR Nível I		10.560.224,88	2.398.506,87	3.337.592,85					4.824.215,96
			10%	10.560.224,88	2.398.506,87	3.337.592,85					4.824.215,96
		TOTAL IE	10%	10.560.224,88	2.398.506,87	3.337.592,85					4.824.215,96
			10%	10.560.224,88	2.398.506,87	3.337.592,85					4.824.215,96
		TOTAL GERAL	100%	158.614.068,88	130.993.946,65	14.362.172,71	726.063,27	1.351.579,31	2.199.749,51	4.156.341,47	4.824.215,96

Assinado por 5 pessoas: WILLAMES BARBOSA COSTA, CLESSIANE NUNES DA SILVA, THOMAZ GUILHERME MOREIRA DE SOUZA, PEDRO EDUARDO ALENCAR GRANJA e GUSTAVO DOS SANTOS PALHARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 84CE-7EB7-7EB3-652F

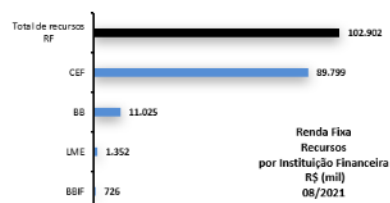
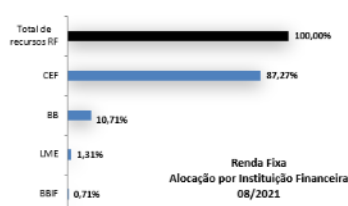




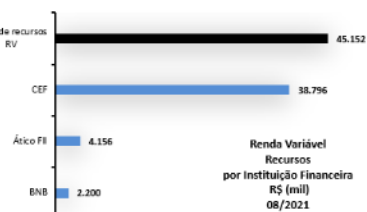
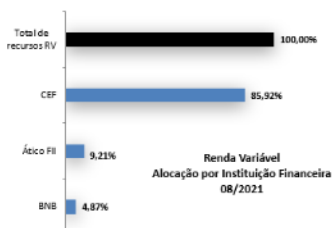
IGEPREV
Instituto de Gestão Previdenciária
do Município de Petrolina

Previdência do Servidor, Construindo Um Novo

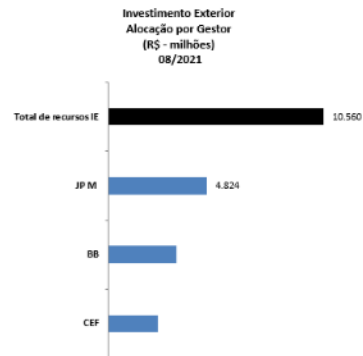
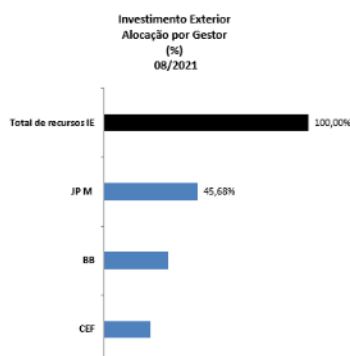
RENDA FIXA



RENDA VARIÁVEL



INVESTIMENTO NO EXTERIOR

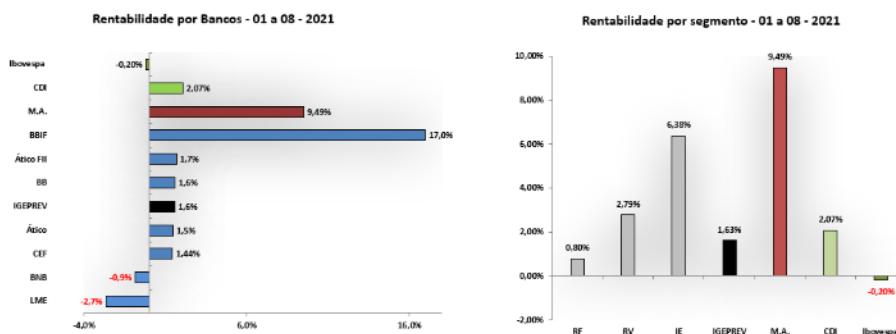


Assinado por 5 pessoas: WILLAMES BARBOSA COSTA, CLESSIANE NUNES DA SILVA, THOMAZ GUILHERME MOREIRA DE SOUZA, PEDRO EDUARDO ALENCAR GRANJA e GUSTAVO DOS SANTOS PALHARES. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.10cc.com.br/verificacao/> e informe o código 84CE-76B7-7EB3-652F



Previdência do Servidor, Construindo Um Novo

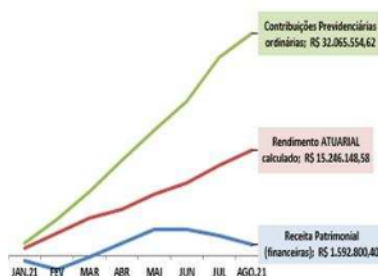
Desempenho da geral da carteira, por Instituição e por



Avaliação do desempenho atuarial Comparativo do desempenho financeiro sobre o atuarial

Contabilmente a Receita Patrimonial (Financeira), composta pelo resultado dos investimentos, acumula de janeiro a outubro/21 uma valorização de R\$ 1,6 milhão. Atuarialmente o rendimento esperado para o mesmo período é de R\$ 15,2 milhões. Desta forma, a carteira do IGEPREV possui uma deficiência de rendimento de R\$ 13,6 milhões abaixo do objetivo atuarial.

2021 - Evolução das Receitas



Quadro-resumo: Análise do Desempenho

	R\$ (milhares)
PL em 31/12/20	159.370,6
PL em 31/08/21	159.449,9
Evolução do PL (c/ despesas pagas)	79,3
Contribuições Previdenciárias do Ente	31.593,8
Contribuição Previdenciária do Servidor	15.799,6
Demais receitas	626,0
Rendimento de Aplicação Financeira	1.592,8
Rendimento Atuarial programado	15.246,1
Insuficiência financeira sobre a meta atuarial	- 13.653,3

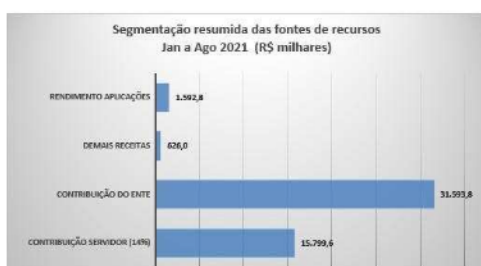


Previdência do Servidor, Construindo Um Novo

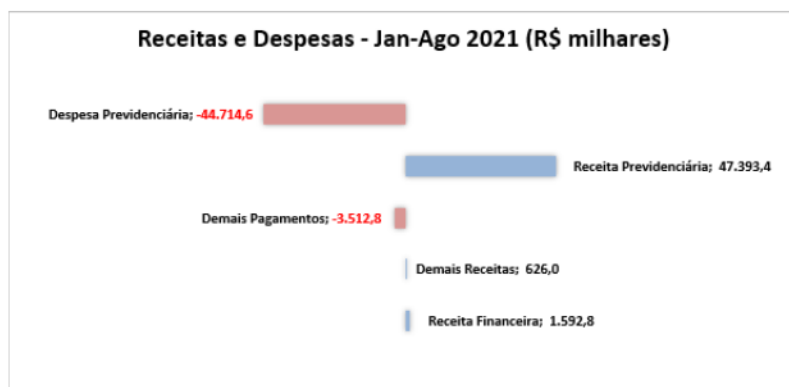
Segmentação das fontes de



Fontes de recursos (Jan a Ago 2021)	R\$ (milhares)
Pagamentos	48.485,5
Contribuição servidor (14%)	15.799,6
Contribuição ordinária patronal (16%)	16.266,0
Amortização Déficit (12,68%)	12.822,0
Parcelamento	1.540,6
Multa/Juros	965,2
Demais Receitas	626,0
Rendimento aplicações	1.592,8
Evolução do PL	79,3
Meta atuarial	15.246,1



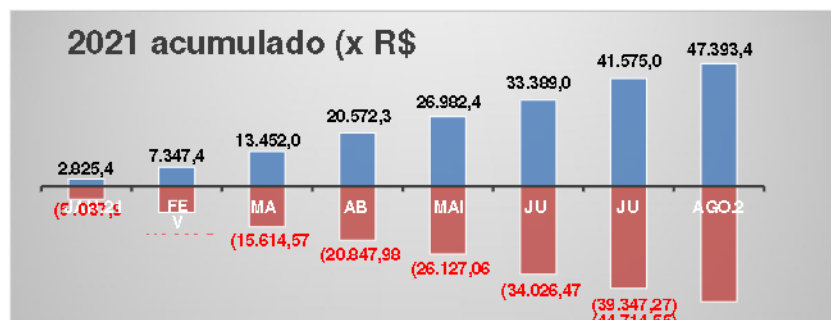
Fontes de recursos (Jan a Ago 2021)	R\$ (milhares)
Pagamentos	48.485,5
Contribuição servidor (14%)	15.799,6
Contribuição do Ente	31.593,8
Demais Receitas	626,0
Rendimento aplicações	1.592,8
Evolução anual do PL	79,35
Meta atuarial	15.246,1



Assinado por 5 pessoas: WILLAMES BARBOSA COSTA, CLESSIANE NUNES DA SILVA, THOMAZ GUILHERME MOREIRA DE SOUZA, PEDRO EDUARDO ALENCAR GRANJA e GUSTAVO DOS SANTOS PALHARES. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 84CE-76B7-7EB3-652F



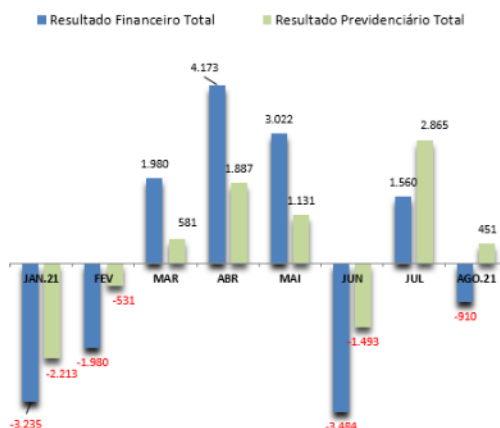
Previdência do Servidor, Construindo Um Novo



Foi analisado os resultados mensais financeiros e previdenciários. O resultado financeiro agrega as receitas da contribuição previdenciária do servidor e do ente, mais as receitas com a amortização do déficit os parcelamentos de débitos previdenciários, multa e juros sobre contribuições, demais receitas e as receitas das aplicações financeiras, descontado os pagamentos integrais do RPPS efetuados no mês.

O resultado previdenciário considera apenas as receitas da contribuição previdenciária do servidor e do ente, mais as receitas com a amortização do déficit os parcelamentos de débitos previdenciários, multa e juros sobre contribuições, descontado os pagamentos dos benefícios previdenciários efetuados no mês.

2021 - Resultado líquido mensal (R\$ milhares)



Assinado por 5 pessoas: WILLAMES BARBOSA COSTA, CLESSIANE NUNES DA SILVA, THOMAZ GUILHERME MOREIRA DE SOUZA, PEDRO EDUARDO ALENCAR GRANJA e GUSTAVO DOS SANTOS PALHARES. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 84CE-76B7-7EB3-652F

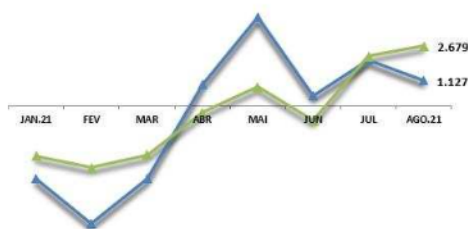


IGEPREV
Instituto de Gestão Previdenciária
do Município de Petrolina

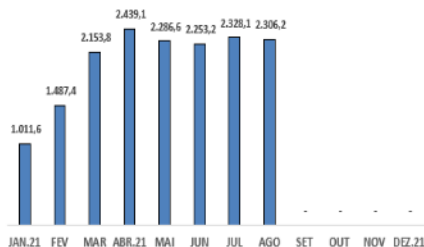
Previdência do Servidor, Construindo Um Novo

2021 - Resultado acumulado mensal (R\$ milhares)

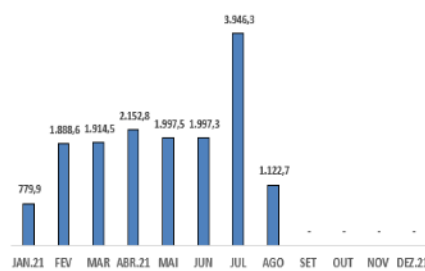
— Resultado Financeiro Total — Resultado Previdenciário Total



Repasse alíquota Patronal - 2021 (R\$ milhares)



Repasse Servidor - 2021 (R\$ milhares)



Assinado por 5 pessoas: WILLAMES BARBOSA COSTA, CLESSIANE NUNES DA SILVA, THOMAZ GUILHERME MOREIRA DE SOUZA, PEDRO EDUARDO ALENCAR GRANJA e GUSTAVO DOS SANTOS PALHARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 84CE-76B7-7EB3-652F



Previdência do Servidor, Construindo Um Novo

Análise quantitativa de fundos por Instituição
Quadro-resumo de alocações, rentabilidade,

Resolução 4695/2018		PAI	Ago.2021	R\$	mês	ano	12 m	% CDI	% M.A.
				159.449.900,51	-0,22%	1,63%	0,65%	0,43%	1,32%
								2,07%	9,49%
art. 7º, I, b		100%	FI 100% TTN	100%	22,70%	36.695.330,47			
1	BB Previdenciário FI RFM-1 TP FI		RFM-1	1,03%	1.628.346,75	0,33%	1,10%	55,96%	12,22%
2	BB Previdenciário FI RF TP PCA I		PCA+6%	1,58%	2.508.730,24	0,40%	3,37%	65,59%	35,50%
3	BB Previdenciário FI RF TP PCA II		PCA+6%	0,54%	860.964,52	0,31%	2,29%	110,48%	24,13%
4	Caixa Brasil DKA 2A TP RF FI		DKA PCA 2A	7,03%	11.158.022,01	0,19%	1,69%	4,83%	81,75%
5	Caixa Brasil IMAB 5 TP RF FI LP		IMAB 5	7,51%	11.916.717,59	0,13%	1,30%	62,91%	13,74%
6	Caixa Brasil RFM-1 TP RF FI		RFM-1	5,06%	8.022.541,36	0,34%	1,21%	58,37%	12,75%
art. 7º, IV, a		40%-20%	FI (geral) (ATIVO)	48%	40,81%	64.728.690,88			
7	BB Alocção Ativa Risco: Total FI RF Previdenciário		DI	3,80%	6.026.620,25	-0,45%	-0,96%	1,76%	-46,32%
8	Caixa Brasil Disponibilidades RF FI		DI	8,85%	14.033.817,58	0,32%	1,43%	1,79%	69,23%
9	Caixa Brasil Ret. DI FI LP		DI	16,73%	26.539.645,60	0,49%	2,11%	101,92%	22,26%
10	Caixa Brasil Renda Fixa Ativa FIC		DI	9,58%	15.202.773,71	-1,40%	-1,30%	-40,34%	-13,66%
11	Caixa Brasil Título Público FI RF LP		DI	1,84%	2.925.642,58	0,40%	1,99%	2,24%	94,10%
art. 7º, VII, a		5%	FIDC fechado, cota Senior	5,80%	1,31%	2.077.642,58			
12	BBIF Master FIDC LP		-	0,46%	726.063,27	-0,35%	28,45%	1372,57%	289,72%
13	LME PCA FIDC Multissetorial Senior		PCA+7%	0,85%	1.351.579,31			0,00%	0,00%
art. 8º, I, a		30%	FIA (mínimo 50 ações)	30,00%	1,29%	2.042.447,17			
14	Caixa Brasil BX 50 FIA		BX	1,29%	2.042.447,17	-0,05%	1,30%	20,43%	62,54%
art. 8º, II, a		20%	FIA (geral)	20,00%	13,41%	21.277.143,58			
15	BND Seleção FIA		Ibovespa	1,39%	2.199.749,51	-2,20%		0,00%	0,00%
16	Caixa FIC Ações Valor Dividendos RPPS		Idiv	3,04%	4.823.272,25	-1,33%		0,00%	0,00%
17	Caixa FIC Ações Valor RPPS (SMALL)		Small	2,11%	3.343.663,20	-2,88%	-1,62%	15,38%	-47,81%
18	Caixa FIC FIA Brasil Ações Livre Quântico		Ibovespa	2,40%	3.810.550,53	-2,85%	10,96%	528,54%	115,41%
19	Caixa FIC FIA Multigêner		Ibovespa	2,94%	4.670.507,82	-2,78%	-0,21%	12,20%	-10,18%
20	Caixa FIA SMALL CAPS Ativo		Small	1,53%	2.420.300,25	-5,01%	0,30%	14,87%	14,68%
art. 8º, III		10%	Multimercado	10,00%	11,14%	17.676.238,95			
21	Caixa Alocção Macro FIC Multimercado LP		CDI	2,37%	3.753.627,46	-1,36%	1,34%	4,67%	64,72%
22	Caixa Brasil Estratégia Livre FIC Multimercado LP		CDI	1,53%	3.059.872,35	-0,63%	2,24%	4,73%	106,07%
23	Caixa Bolsa Americana FIC Multimercado LP		CDI	3,34%	5.302.970,54	3,34%	23,18%	30,11%	1118,49%
24	Caixa FIM RV 30 LP		CDI	0,35%	561.099,30	-0,57%	0,87%	5,00%	41,79%
25	FIC FI Capital Protegido Bolsa de Valores II Multimercado		Ibovespa	3,15%	4.998.689,30	0,44%	-0,53%	-0,05%	-30,52%
art. 8º, IV, a		5%	FIP	5,00%	1,26%	1.910.777,18			
26	Álco Florestal FIC FIP		-	1,26%	1.910.777,18			0,00%	0,00%
art. 8º, IV, b		5%	FII	5,00%	1,42%	2.245.564,29			
27	HAZ FII (Ativo Renda FII)		-	1,42%	2.245.564,29			0,00%	0,00%
art. 9º, II			FI - Investimento no	4,11%	6.514.080,11				
28	CEF FIC FIM Multipetrol Global EQ IE			0,25%	392.341,95	0,81%	8,07%	-	380,23%
29	BB Global Select Equity Invest. Ext. FIM (J.P.Morgan)			3,04%	4.824.215,96	0,91%	17,59%	25,24%	848,63%
30	BB Nordes Invest. Ext. FIM			0,82%	1.298.251,20	0,49%	16,59%	18,48%	800,39%
art. 9º, III		10%	Ações BDR Nível I	10,00%	1,29%	4.043.419,77			
31	BB Ações Bolsas Europeias ETF FIC Ações BDR Nível I			0,63%	990.034,65	2,71%	13,72%	19,33%	661,92%
32	BB Ações Bolsas Globais Ativo ETF FIC Ações BDR Nível I			0,66%	1.040.217,00	1,98%	16,04%	20,17%	773,85%
33	Caixa FIA Institucional BDR Nível I			1,25%	2.009.164,12	2,44%	17,01%	16,19%	820,65%
Total de carteira		90,74%			158.614.068,88				
Total geral de carteira					835.839,63				
Total RF		64,88%			102.901.672,86				
Total RV		28,47%			45.152.171,15				
Total Ext		5,39%			10.560.224,88				

Assinado por 5 pessoas: WILLAMES BARBOSA COSTA, CLESSIANE NUNES DA SILVA, THOMAZ GUILHERME MOREIRA DE SOUZA, PEDRO EDUARDO ALENCAR GRANJA e GUSTAVO DOS SANTOS PALHARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 84CE-76B7-7EB3-652F



Previdência do Servidor. Construindo Um Novo

Limites de aplicação e diversificação aprovadas (art. 4º, IV)
Opções da Resolução (Quadro Resumo, art. 7º e 8º) (Resumo Analítico)

[illegible]

Assinado por 5 pessoas: WILLIAMS BARBOSA COSTA, CLESSIANE NUNES DA SILVA, THOMAZ GUILHERME MOREIRA DE SOUZA, PEDRO EDUARDO ALENCAR GRANJA e GUSTAVO DOS SANTOS PALHARES

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://brasil.1doc.com.br/verificacao> e informe o código 84CE-78B7-7EB9-652F



Previdência do Servidor, Construindo Um Novo

Alocações aprovadas para 2022

Resolução nº 4.695/2018

100%	RF (art. 7º, I, a) – TTN
100%	RF (art. 7º, I, b) – FI 100% TTN
100%	RF (art. 7º, I, c) – ETF (100% TPF, 0% CDI)
5%	RF (art. 7º, II) – Operações Compromissadas 100% TTN
60%	RF (art. 7º, III, a) – FI ("Referenciado")
60%	RF (art. 7º, III, b) – ETF ("Referenciado") (0% CDI)
40%	RF (art. 7º, IV, a) – FI (geral) (ATIVO)
40%	RF (art. 7º, IV, b) – ETF (demais indicadores de RF) (0% CDI)
20%	RF (art. 7º, V, b) – Letras Imobiliárias Garantidas
15%	RF (art. 7º, VI, a) – CDB
15%	RF (art. 7º, VI, b) – Poupança
5%	RF (art. 7º, VII, a) – FIDC fechado, cota Senior
5%	RF (art. 7º, VII, b) – FI "Crédito Privado"
5%	RF (art. 7º, VII, c) – FI Debêntures de Infraestrutura
30%	RV (art. 8º, I, a) – FIA (mínimo 50 ações)
30%	RV (art. 8º, I, b) – ETF (mínimo 50 ações)
20%	RV (art. 8º, II, a) – FIA (geral)
20%	RV (art. 8º, II, b) – ETF Ações
10%	RV (art. 8º, III) – Multimercado
5%	RV (art. 8º, IV, a) – FIP
5%	RV (art. 8º, IV, b) – FII
5%	RV (art. 8º, IV, c) – FIA - "Mercado de Acesso"
	RV (art. 9º, I) – FI - "RF Dívida EXTERNA"
10%	RV (art. 9º, II) – FI - "Investimento no Exterior"
	RV (art. 9º, III) – Ações BDR Nível I

Assinado por 5 pessoas: WILLAMES BARBOSA COSTA, CLESSIANE NUNES DA SILVA, THOMAZ GUILHERME MOREIRA DE SOUZA, PEDRO EDUARDO ALENCAR GRANJA e GUSTAVO DOS SANTOS PALHARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 84CE-76B7-7EB3-652F



IGEPREV
Instituto de Gestão Previdenciária
do Município de Petrolina

Previdência do Servidor, Construindo Um Novo

Limites de aplicação e diversificação aprovadas (art. 4º, IV)
Limite inferior, superior e estratégia alvo (Estratégias de Alocação) (Anexo P.I.)

Resolução nº 4.695 de 27.11.2018				
Limites - 2022		Inferior	Alvo	Superior
> T.P.F.	I, a	0,00%	15%	100%
> FI - 100% em T.P.F. (0% CDI)	I, b	0,00%	10%	100%
> ETF Referenciados (0% CDI)	I, c	0,00%	0%	0%
> Operações Compromissadas	II	0,00%	1%	5%
> FI Referenciados RF (0% CDI) (ativo)	III, a	0,00%	5%	60%
> ETF Referenciados RF (0% CDI) (passivo)	III, b	0,00%	0%	0%
> FIRF (ativo)	IV, a	0,00%	10%	40%
> ETF RF (passivo)	IV, b	0,00%	0%	0%
> LIG - Letra Imobiliária Garantida	V	0,00%	0%	0%
> CDB	VI, a	0,00%	0%	0%
> Poupança	VI, b	0,00%	0%	0%
> FIDC cota senior (fechado)	VII, a	0,00%	4%	5%
> FIRF Crédito Privado	VII, b	0,00%	5%	5%
> FI Debêntures Infraestrutura	VII, c	0,00%	1%	5%
> FIA (índices com mínimo de 50 ações)	I, a	0,00%	5%	10%
> ETF (índices com mínimo de 50 ações)	I, b	0,00%	0%	0%
> FIA (até 20% dos ativos no exterior)	II, a	0,00%	17%	20%
> ETF Ações	II, b	0,00%	0%	0%
> Multimercado (até 20% dos ativos no exterior)	III	0,00%	8%	10%
> FIP	IV, a	0,00%	5%	5%
> FII	IV, b	0,00%	5%	5%
> FI - "RF Dívida Externa"	I	0,00%	3%	10%
> FI - "Investimento no Exterior"	II	0,00%	3%	10%
> FI - Ações BDR Nível I	III	0,00%	3%	10%
		0,00%	100,00%	

Assinado por 5 pessoas: WILLAMES BARBOSA COSTA, CLESSIANE NUNES DA SILVA, THOMAZ GUILHERME MOREIRA DE SOUZA, PEDRO EDUARDO ALENCAR GRANJA e GUSTAVO DOS SANTOS PALHARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 84CE-76B7-7EB3-652F



Previdência do Servidor, Construindo Um Novo

Metodologias e critérios de avaliação de riscos *(Resumo Analítico)*
Investimento, carregamento, desinvestimento e formação de preços *(Estratégias Descritivas)*

Resolução nº 4.595 de 27.11.2018						
2019	Estratégias de investimento		Carregamento de posição	Desinvestimento	Formação de preço	
> T.F.F.	Anexo 1º	L.a	Taxa líquida de retorno acima de 8% aa	Levar até o vencimento	No vencimento do TFF	Valor nominal contratado
> FI - 100% em T.F.F. (10% CDI)		L.b	Mix de investimento atrelado à juros	Manutenção, com balanceamento de carteira, conforme variação de juros	Liquidação no vencimento para FI de vencido. Ou demais, liquidação diária	Marcação a mercado
> Operações Compromissadas		P	Taxa líquida de retorno acima de 8% aa	Levar até o vencimento	No vencimento de contrato	Marcação a mercado
> FI Referenciado RE (10% CDI) (atual)		AL.a	Mix de investimento atrelado à juros	Manutenção, com balanceamento de carteira, conforme variação de juros	Liquidação diária	Marcação a mercado
> FI RE (atual)		AL.a	Mix de investimento atrelado à juros	Manutenção, com balanceamento de carteira, conforme variação de juros	Liquidação no vencimento para FI de vencido. Ou demais, liquidação diária	Valor nominal contratado e Marcação a mercado
> CDB, com vencimento (fechado)		RE.a	Taxa líquida de retorno acima de 8% aa	Levar até o vencimento	No vencimento de contrato	Marcação a mercado
> FI FCF Crédito Privado		RE.b	Posição defensiva com ganho sobre o CDI	Levar até o vencimento	No vencimento de contrato	Marcação a mercado
> FI Debêntures Infraestrutura		RE.c	Taxa líquida de retorno acima de 8% aa	Levar até o vencimento	No vencimento de contrato	Marcação a mercado
> FIA (Índices com mínimo de 50 ações)	Anexo 2º	L.a	Mix de investimento atrelado à bolsa, com estratégias diversificadas	Manutenção, considerando a mobilidade das carteiras pelo gestor	Liquidação diária	Marcação a mercado
> EIA (até 20% dos ativos no exterior)		L.a	Mix de investimento atrelado à bolsa, com estratégias diversificadas	Manutenção, considerando a mobilidade das carteiras pelo gestor	Liquidação diária	Marcação a mercado
> Multimercado (até 20% dos ativos no exterior)		d	Mix de investimento atrelado à bolsa e bolsa, com estratégias diversificadas	Manutenção, com balanceamento de carteira, conforme variação do preço de mercado	Liquidação diária	Marcação a mercado
> FIP		AL.a	Mix de investimento estruturado com estratégias diversificadas	Levar até o vencimento	No vencimento de contrato	Marcação a mercado
> EI		AL.b	Investimento atrelado à juros	Levar até o vencimento	No vencimento de contrato	Marcação a mercado

Assinado por 5 pessoas: WILLAMES BARBOSA COSTA, CLESSIANE NUNES DA SILVA, THOMAZ GUILHERME MOREIRA DE SOUZA, PEDRO EDUARDO ALENCAR GRANJA e GUSTAVO DOS SANTOS PALHARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.10cc.com.br/verificacao/> e informe o código 84CE-76B7-7EB3-652F





Previdência do Servidor, Construindo Um Novo

Metodologias e critérios de avaliação de riscos *(Resumo Analítico)*
Vedações, restrições e limites estabelecidos *(Estratégias Descritivas)*

Tendo o segmento de RPPS um sólido arcabouço legal com uma legislação própria para tratar dos investimentos, o IGEPREV segue regularmente os limites de aplicação e diversificação estabelecidos pela Resolução BACEN nº 3.922 de 25.11.2010, alterada pelas Resoluções BACEN nº 4.392 de 19.12.2014, nº 4.604 de 19.10.17 e nº 4.695 de 27.11.18, conforme Quadro abaixo.

RENDA FIXA - 4695/2018												
Artigo - 7º	Ativos	Limites										
		Ordinário	Pré-gestão								Diversificação	
			Nível I	Nível II	Nível III	Nível IV						
I, a	> <u>Titulos Públicos Federais</u> (T.P.F.)	100%								-		
I, b	> FI <u>Renda Fixa</u> - 100% em T.P.F.	100%								15% - PL FI		
I, c	> FI <u>Índice de Renda Fixa</u> - 100% em T.P.F.	100%								15% - PL FI		
II	> <u>Operações Compromissadas</u> - 100% em T.P.F.	5%								-		
III, a (art. 13) (II, §3º, art 7º)	> FI de <u>Renda Fixa Referenciados</u> , baixo risco de crédito (0% a 50% - crédito privado) (100% - IMA/IDIA e 0% CDI, IMA-S)	60% (20%)	65% (20%)	70% (20%)	75% (20%)	80% (20%)	15% - PL FI					
III, b (art. 13) (II, §3º, art 7º)	> FI <u>Índice de Renda Fixa</u> , baixo risco de crédito (0% a 50% - crédito privado) (100% - IMA/IDIA e 0% CDI, IMA-S)	60% (20%)	65% (20%)	70% (20%)	75% (20%)	80% (20%)						
IV, a (art. 13) (II, §3º, art 7º)	> FI de <u>Renda Fixa</u> , baixo risco de crédito (0% a 50% - crédito privado)	40% (20%)	45% (20%)	50% (20%)	55% (20%)	60% (20%)	15% - PL FI					
IV, b (art. 13) (II, §3º, art 7º)	> FI <u>Índice de Renda Fixa</u> , baixo risco de crédito (0% a 50% - crédito privado)	40% (20%)	45% (20%)	50% (20%)	55% (20%)	60% (20%)						
V, b	> <u>Letras Imobiliárias Garantidas</u>	20%								-		
VI, a	> CDB	15% (FGC)								-		
VI, b	> <u>Poupança</u>	15% (FGC)								15% - PL FI		
VII, a	> <u>15% das Cotas Seniores FIDC</u> de baixo risco de crédito - <u>condominio fechado</u>	5%		5%		10%		15%		20%	5% - PL FI	
VII, b	> FI de Renda Fixa, baixo risco de crédito - " <u>crédito privado</u> "	5%	15%	10%	20%	15%	25%	20%	30%	25%	35%	
VII, c	> FI de Renda Fixa - " <u>85% debêntures infraestrutura</u> "	5%		5%		10%		15%		20%	5% - PL FI	

Assinado por 5 pessoas: WILLAMES BARBOSA COSTA, CLESSIANE NUNES DA SILVA, THOMAZ GUILHERME MOREIRA DE SOUZA, PEDRO EDUARDO ALENCAR GRANJA e GUSTAVO DOS SANTOS PALHARES. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 84CE-76B7-7EB3-652F





Previdência do Servidor, Construindo Um Novo

RENDA VARIÁVEL - 4695/2018							
Artigo - 8º	Ativos	Limites					
		Ordinário	Pró-gestão				Diversificação
			Nível I	Nível II	Nível III	Nível IV	
I, a	> FIA (índices + 50 ações)	30% (20%)	35% (20%)	40% (20%)	45% (20%)	50% (20%)	15% - PL FI
I, b	> ETF (índices + 50 ações)	30% (20%)	35% (20%)	40% (20%)	45% (20%)	50% (20%)	
II, a	> FIA (geral) (ATIVO)	20%	25%	30%	35%	40%	
II, b	> ETF (ações)	20%	25%	30%	35%	40%	
III	> Fundos Multimercado	10%				15%	5% - PL FI
IV, a	> FIP	5%			10%	20%	
IV, c	> FIA - "Mercado de Acesso "	5%			10%	15%	
IV, b	> FII	5%			10%	20%	

Investimentos no Exterior - 4695/2018							
Artigo - 9º	Ativos	Limites					
		Ordinário	Pró-gestão				Diversificação
			Nível I	Nível II	Nível III	Nível IV	
I	> FI - "Renda Fixa - Dívida Externa"	10%	10%	10%	10%	10%	15% - PL FI
II	> FI - "Investimento no Exterior"						
III	> FIA - "Ações BDR - Nível I"						

Assinado por 5 pessoas: WILLAMES BARBOSA COSTA, CLESSIANE NUNES DA SILVA, THOMAZ GUILHERME MOREIRA DE SOUZA, PEDRO EDUARDO ALENCAR GRANJA e GUSTAVO DOS SANTOS PALHARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 84CE-76B7-7EB3-652F



Previdência do Servidor. Construindo Um Novo

Metodologias e critérios de avaliação de riscos *(Resumo Analítico)*

Métodos de credenciamento e seleção de ativos; diversificação, risco de crédito e qualidade da gestão (*Estratégias Descritivas*)

Continuamos a utilizar, como primeiro elemento de seleção, a relação dos maiores bancos do Sistema Financeiro Nacional por Patrimônio Líquido, divulgada pelo BACEN, mantendo os mesmos princípios decididos em reunião do Comitê de Investimentos, Diretoria Executiva e do Conselho Municipal de Previdência, e transformados em Portaria IGEPREV/PE nº 007 de 16.01.2018: aplicar os recursos do IGEPREV junto às Instituições Financeiras com PR-I (Patrimônio de Referência nível I) superior a R\$ 10 bilhões e estar, pelo menos, na função de administradores dos fundos de investimentos, sem prejuízo das demais funções (gestão e custódia, dentre outras). Desta forma, seguindo esses princípios e baseado na atual relação do BACEN, de junho/16, ficou decidido, na 25ª Reunião do Comitê de Investimentos em 08/09/2016, bem como que as entidades autorizadas a trabalhar com o IGEPREV passam a ser: BB, CEF, Itaú, Bradesco, BTG Pactual, Santander e Safra, pois representam, não apenas, a solidez patrimonial desejada, como também o expressivo volume de recursos administrados e a larga experiência no exercício da atividade de administração de recursos de terceiros.

ANEXO 1 - DADOS DE INSCRIÇÃO													TOTAL			
Relatório	Inscrição	UF_data											UF	UF_data		
		UF	UF_data	UF	UF_data	UF	UF_data	UF	UF_data	UF	UF_data	UF	UF_data	UF	UF_data	
PR	C	3	199	SÃO PAULO	UF	2016/6	1.324.427.104	1.194.399.167	147.557.046	126.276.210	114.475.477	9.335.461	2016/6	14,6	24,2	
PA	C	3	199	PARANÁ	UF	2016/6	1.482.909.800	1.118.477.226	442.959.853	75.420.242	68.100.227	4.820.168	2016/6	14,9	34,4	
BRASILCO	C	2	199	GOIÁS	UF	2016/6	455.951.693	426.146.538	106.275.105	46.990.513	79.376.006	6.263.997	2016/6	17,8	33,8	
ENDES	I	3	4	RIO DE JANEIRO	RJ	2016/6	939.513.034	939.513.034	13.906.860	36.879.901	79.261.148	1.217.937	2016/6	18,0	31,6	
SANTARSA	C	3	199	SÃO PAULO	UF	2016/6	840.467.151	844.248.838	185.402.660	60.931.461	57.316.093	2.564.173	2016/6	17,6	27,4	
UNIVERSIDADE FEDERAL	C	3	199	PARANÁ	UF	2016/6	3.214.054.208	3.214.054.208	145.156.164	97.379.215	99.784.593	1.991.044	2016/6	11,7	31,4	
ENES FUNDAL	C	3	199	RIO DE JANEIRO	RJ	2016/6	197.303.324	178.615.598	56.322.144	43.934.451	23.026.716	7.711.743	2016/6	13,5	27,4	
SUMMA	C	2	199	SÃO PAULO	UF	2016/6	175.901.582	126.300.764	6.647.352	1.463.548	1.364.651	320.269	2016/6	16,4	25,9	
HISAC	C	3	199	CARUARU	PE	2016/6	176.144.582	147.140.959	58.147.459	8.880.944	8.509.155	712.579	2016/6	13,7	14,0	
CITIBANK	C	3	199	SÃO PAULO	UF	2016/6	81.201.411	81.201.411	16.600.902	8.262.191	8.029.237	361.719	2016/6	13,9	6,0	
VITABANK	C	3	199	SÃO PAULO	UF	2016/6	169.034.044	169.034.044	3.766.344	9.261.431	9.093.490	454.014	2016/6	14,9	4,3	
CHOPAL	C	3	199	RIO DE JANEIRO	RJ	2016/6	96.463.479	96.463.479	39.992.164	1.461.691	9.991.061	599.424	2016/6	14,7	29,9	
BOO CLASSICO S.A.	I	3	8	RIO DE JANEIRO	RJ	2016/6	4.676.309	4.676.309	2.400.390	24	4.980.460	4.980.460	21.481	2016/6	41,6	0,0
JF WOMAN CHASE	C	3	199	SÃO PAULO	UF	2016/6	40.187.274	34.982.564	2.609.408	4.582.801	4.322.586	227.675	2016/6	14,4	2,7	
CHIEF S.A. CFI	I	3	14	SÃO PAULO	UF	2016/6	3.822.970	3.822.970	0	3.410.546	3.410.541	43.696	2016/6	53,1	0,0	
ONFOP SUPRSE	C	3	199	SÃO PAULO	UF	2016/6	4.227.079	4.179.976	4.082.123	3.674.479	3.571.074	109.939	2016/6	17,1	7,1	
SAO PAULO	C	3	199	SÃO PAULO	UF	2016/6	20.846.091	20.846.091	4.155.162	3.284.956	3.284.956	0	2016/6	17,7	9,1	
BOO DO HONORATO DO BRASIL S.A.	I	3	8	PORANGAIBA	CE	2016/6	4.056.676	4.056.676	1.004.291	1.035.195	1.035.197	129.864	2016/6	17,9	4,8	
BOO DO AMANHÃ S.A.	I	3	2	BELOH	PA	2016/6	3.264.967	3.264.967	3.960.465	2.768.651	2.768.651	84.985	2016/6	17,2	9,7	
ABC-BRASIL	C	3	199	SÃO PAULO	UF	2016/6	22.746.931	22.746.931	3.759.944	2.680.920	2.681.201	259.249	2016/6	18,0	1,1	
BOO VOLKSWAGEN S.A.	I	3	8	SÃO PAULO	UF	2016/6	16.476.120	16.476.120	1.473.213	2.620.829	2.640.459	18.350	2016/6	21,2	0,7	
BOO FINANCIAL	C	3	199	SÃO PAULO	UF	2016/6	4.199.648	4.199.648	4.939.216	2.789.215	2.883.126	29.323	2016/6	15,4	1,7	
BOO PASSAGENS DO BRITANICO S.A.	I	3	8	HOJE-DEUS	MS	2016/6	1.941.561	1.941.561	1.941.561	0	1.941.561	1.941.561	0	2016/6	14,8	1,8
BRF SARENS	C	3	199	SÃO PAULO	UF	2016/6	31.915.879	30.643.831	1.768.791	2.831.250	2.470.872	32.018	2016/6	16,0	1,7	

São conceitos elementares para o credenciamento, elencados desde o início da regulamentação dos investimentos dos RPPS para definir a escolha das melhores e mais conceituadas Instituições Financeiras do mercado, – **Resolução 2.652 de 23.09.99 (art. 4º, f); Resolução 2.661 de 28.10.04 (art. 6º, II) e Resolução 3.506 de 26.10.07 (art. 22º, I, a).** Continuamos a acreditar nesses princípios e defendê-los no balizamento de nossas decisões, pois pretendemos aplicar nossos recursos sob “**condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência**” (art. 1º, Resolução 3922/10).

No entanto, estar selecionada, não implica estar credenciada para trabalhar com o IGEPREV. Necessário se faz oferecer opções de investimentos compatíveis com a Política de Investimentos em vigor, representar e defender adequadamente os interesses da autarquia nos produtos sob sua administração, primar pela transparência das informações e em suas atividades, bem como, exercer em sua melhor forma, o compromisso fiduciário assumido com os cotistas.

Assinado por 5 pessoas: WILLIAMS BARBOSA COSTA, CLESSIANE NUNES DA SILVA, THOMAZ GUILHERME MOREIRA DE SOUZA, PEDRO EDUARDO ALENCAR GRIJALVA e GUSTAVO DOS SANTOS PALHARES



Previdência do Servidor, Construindo Um Novo

Posição em junho/julho de 2016				
Banco	Solidez patrimonial (R\$ bilhões)	Volume recursos administrados (R\$ bilhões)	administração de recursos de terceiros (data fundação)	
ITAÚ	R\$ 106	R\$ 688	02/01/1945	71 anos
BRADESCO	R\$ 125	R\$ 552	15/05/1957	153 anos
BB	R\$ 103	R\$ 674	12/10/1908	208 anos
SANTANDER	R\$ 72	R\$ 233	10/03/1943	73 anos
CEF	R\$ 62	R\$ 272	12/01/1961	155 anos
BTG PACTUAL	R\$ 25	R\$ 76	1983	33 anos
SAFRA	R\$ 12	R\$ 69	1955	61 anos

Fonte: BACEN e ANBIMA

Antes do credenciamento definitivo, devemos observar as obrigações constantes na Portaria nº 300 de 03.07.15 (altera a Portaria 519/2011), em seu art. 6º-E, incisos I, II e III, que determina que se efetue análise e credenciamento de administradores ou gestores, bem como dos fundos de investimentos operados pelo RPPS. Para cada aprovação deverá, o RPPS, emitir o "Atestado de Credenciamento".

Utilizando dados recentes, ago./2021, divulgados pela ANBIMA, observamos que as instituições selecionadas pelo IGEPREV administram 94% dos recursos de RPPS, R\$ 181 Bilhões, conforme quadro abaixo. Entre os administradores de recursos de terceiros em fundos de investimentos, clubes de investimentos e carteiras administradas, encontramos 27 instituições listadas pela ANBIMA em agosto/21. Aqueles que atendem os RPPS somam apenas 15, conforme quadro abaixo.

ANBIMA » Fundos de Investimento Rankings				
Ranking Global de Administração de Recursos de Terceiros				
Dados em R\$ milhões				
Ordem	Administrador	Total (Global de Ativos (*)	RPPS	
			R\$	%
1	BB DTVM S.A.	1.342.571,7	72.730,9	40,16%
2	ITAU UNIRANCO S.A.	815.782,5	0,0	0,0%
3	BRADESCO	544.925,5	9.474,8	5,23%
4	CAIXA	524.351,9	78.857,8	41,5%
5	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	394.995,2	2.240,3	1,24%
6	DEM	379.236,0	8.531,2	4,9%
7	INTSAG	368.619,1	30,5	0,02%
8	BTG PACTUAL	337.674,5	2.311,7	1,3%
9	BNY MELLON SERVICOS FINANCEIROS DTVM S.A.	326.302,5	557,2	0,31%
10	SAFRA	102.053,1	1.994,2	1,1%
11	BNP PARIBAS	80.080,0	2.608,0	1,44%
12	CREDIT SUISSE HEDGING GRIFFO COR VAL S.A.	66.873,3	-	0,0%
13	VOTORANTIM ASSET	36.817,2	38,5	0,02%
14	MODAL	33.238,1	-	0,0%
15	SUL AMERICA INVESTIMENTOS	30.972,9	-	0,00%
16	WESTERN ASSET	25.082,4	164,9	0,1%
17	ALFA	6.602,7	-	0,00%
18	BANCIESTER	5.858,1	1.623,2	0,9%
19	NECTON INVESTIMENTOS	5.033,7	-	0,00%
20	CA INDOSUEZ WEALTH (BRAZIL) S.A. DTVM	3.568,4	-	0,0%
21	BRB - DTVM	1.638,9	125,2	0,07%
22	BANCO FATOR	1.604,4	-	0,0%
23	CONVALORES	1.498,8	-	0,00%
24	4UM DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES M	1.454,5	-	0,0%
25	4UM GESTAO DE RECURSOS LTDA	1.212,1	-	0,00%
26	TAQUARI ADM DE CARTEIRAS DE VALORES MOB	446,5	-	0,0%
27	MERCANTIL DO BRASIL CORRETORA S.A. DTVM	283,3	-	0,00%
Total		9.439.077,5	181.088,4	100%

Assinado por 5 pessoas: WILLAMES BARBOSA COSTA, CLESSIANE NUNES DA SILVA, THOMAZ GUILHERME MOREIRA DE SOUZA, PEDRO EDUARDO ALENCAR GRANJA e GUSTAVO DOS SANTOS PALHARES. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 84CE-7EB7-7EB9-652F



Previdência do Servidor, Construindo Um Novo

Para dimensionar o universo de gestores de fundos de investimentos no Brasil, segundo dados da ANBIMA de ago./21, são 758 instituições financeiras e Assets no mercado nacional. Atendendo aos RPPS, são 95 gestores, com R\$ 190 bilhões sob gestão, conforme quadro abaixo:

ANBIMA » Fundos de Investimento | Rankings

Ranking de Gestão de Fundos de Investimento

Instituições Financeiras e Assets - R\$ milhões

Ago/21

Ordem	Gestor	R\$	%
RPPS	Gestor	Total	R\$1'S
1	CAIXA	437.770,53	76.413,24
2	RE DTVM SA	1.353.479,55	72.110,23
3	BRDESCO	535.258,02	11.000,09
4	BAIRREUL	12.976,22	4.722,17
5	VINCI PARTNERS	42.201,64	2.094,78
6	WESTERN ASSET	46.810,07	2.569,72
7	BTG PACTUAL	223.366,72	2.202,48
8	SAFRA	186.705,47	1.594,23
9	BANCO SANTANDER (BRASIL) SA	362.558,31	1.555,09
10	AC QUEST INVESTMENTS	15.851,15	1.019,54
11	ICATU VANGUARDIA	33.864,03	1.511,90
12	PLURAL	34.343,62	1.005,09
13	DIANETES	6.504,05	1.023,24
14	ODCAM BRASIL GESTAO DE RECURSOS LTDA	15.854,77	795,02
15	CONSTANCIA INVESTIMENTOS	1.809,44	721,17
16	SOCIO	58.425,44	691,90
17	QUELUZ ASSET MANAGEMENT	889,34	578,90
18	GRANDIN INVESTIMENTOS LTDA	52,41	548,16
19	SUL AMERICA INVESTIMENTOS DTVM	26.226,99	467,06
20	31 SOROCOCK BRASIL	27.145,79	333,52
21	RNB	4.961,74	318,28
22	CANTAMIA	14.418,69	311,83
23	BNF PARABAI	55.954,49	302,28
24	VCM GESTAO DE CAPITAL LTDA	2.734,63	245,72
25	MONGERAL AZOON	9.142,60	231,64
26	ANK INVESTIMENTOS LTDA	22.963,44	224,21
27	DAYCOVAL ASSET MANAGEMENT ADM REC LTDA	7.255,66	217,78
28	META ASSET MANAGEMENT SA	202,33	216,65
29	XP ASSET MANAGEMENT	121.714,02	212,53
30	TCO	2.452,19	188,77
31	INFRA ASSET MANAGEMENT LTDA	664,24	176,97
32	AG GESTAO DE INVESTIMENTOS	172,45	137,26
33	ORE DTVM	906,66	125,23
34	PATRIA INVESTIMENTOS	48.912,67	122,28
35	JPMORGAN ASSET MANAGEMENT	2.773,51	117,30
36	CLARITAS	10.483,54	98,33
37	MULTIVEST CAPITAL	471,87	85,46
38	BC GESTAO RECURSOS LTDA	9.154,82	81,37
39	BRZ INVESTIMENTOS LTDA	3.309,89	70,07
40	OZAMA INVESTIMENTOS	6.752,62	76,17
41	W SQUARE INVESTIMENTOS LTDA	748,82	72,87
42	LEGATUS GESTORA DE RECURSOS LTDA	809,14	68,49
43	INFINITY ASSET	321,65	65,54
44	OURO PRETO INVESTIMENTOS	6.549,50	61,36
45	RO BRAVO INVESTIMENTOS LTDA	9.451,09	54,97
46	RIUM GESTAO DE RECURSOS LTDA	2.149,03	54,52
47	PETRA ASSET GESTAO DE INVESTIMENTOS LTDA	5.595,45	48,46
48	GSP	257,52	48,08

Ordem	Gestor	R\$	%
RPPS	Gestor	Total	R\$1'S
49	PLANNET	4.211,88	43,38
50	RAIA ASSET MANAGEMENT	14.710,49	41,58
51	ROMA ASSET MANAGEMENT LTDA	165,77	38,82
52	PERFEN ADMINISTRACAO DE RECURSOS LTDA	13.235,47	35,61
53	FINACAP INVESTIMENTOS LTDA	560,63	30,30
54	NAVI	6.051,68	28,57
55	WIN INVESTIMENTOS LTDA	2.233,82	21,24
56	INTEGRAL INVESTIMENTOS	8.746,62	19,21
57	PROPRIO CAPITAL GESTAO DE RECURSOS LTDA	96,12	18,79
58	VOTORAIM ASSET	43.116,75	17,55
59	AUSTRO GESTAO DE RECURSOS	194,89	17,09
60	BREI - BRAZILIAN REAL ESTATE INVESTMENTS	91,00	16,47
61	VEST GESTORA DE RECURSOS FINANCIEROS LTD	519,63	15,64
62	KREA INVESTIMENTOS LTDA	58.546,63	12,28
63	KOSPE INVESTIMENTOS	241,83	11,38
64	CADENCE GESTORA DE RECURSOS LTDA	182,15	10,95
65	VILA RICA CAPITAL GESTORA RECURSOS LTDA	164,61	10,37
66	SECURITY ADMINISTRADORA DE RECURSOS LTDA	3.024,71	9,94
67	RO VERDE INVESTIMENTOS	55,09	8,70
68	FRANKLIN TEMPLETON INVESTIMENTOS BRASIL	8.036,95	8,05
69	RUI GESTAO DE INVESTIMENTOS	427,12	8,27
70	BANCOOR DTVM	8.264,61	8,00
71	QUEPADO INVESTIMENTOS LTDA	1.547,86	7,41
72	SOLE INVESTIMENTOS	2.834,56	6,95
73	ABSOLUTO PARTNERS GESTAO DE RECURSOS LTD	13.789,01	6,94
74	NAVICA INVESTIMENTOS LTDA	14.912,58	6,47
75	AIRED ADMINISTRACAO DE RECURSOS LTDA	36,07	4,86
76	AGRI	73,35	3,24
77	TRU CAPITAL GESTAO DE RECURSOS *	4,12	2,96
78	IDEAL INVEST S.A.	1.011,33	2,23
79	SHARP CAPITAL GESTORA DE RECURSOS	16.687,31	1,15
80	AGGREGA INVESTIMENTOS LTDA	1.342,06	1,02
81	UM INVEST ASSET MANAGEMENT LTDA	2,22	0,91
82	FINORA LAKES GESTORA DE RECURSOS *	5,25	0,73
83	JP MORGAN	8.538,81	0,65
84	ATHEMIA CAPITAL GESTAO DE RECURSOS LTDA	1.369,19	0,54
85	NEST INTERNACIONAL ADMINISTRADORA	2.311,12	0,54
86	RE CAPITAL ASSET MANAGEMENT	2.545,79	0,22
87	TRICK INVESTIMENTOS LTDA	105,05	0,21
88	ROBURI CAPITAL	8.863,44	0,18
89	OLIVERIA TRUST DTVM	54.644,80	0,09
90	DYNAMO ADMINISTRACAO DE RECURSOS LTDA	14.079,61	0,06
91	BNV MELLON SERVICOS FINANCIEROS DTVM SA	1.033,61	0,07
92	BANCO FATOR	2.030,30	0,05
93	VALORA GESTAO DE INVESTIMENTOS LTDA	2.455,06	0,03
94	SINGULAR CORRETORA DE TITULOS E VALORES	3.786,79	0,01
95	ITAU UNIBANCO SA	768.898,97	0,01
95	Totais	6.529.010,82	189.933,76

Assinado por 5 pessoas: WILLAMES BARBOSA COSTA, CLESSIANE NUNES DA SILVA, THOMAZ GUILHERME MOREIRA DE SOUZA, PEDRO EDUARDO ALENCAR GRANJA e GUSTAVO DOS SANTOS PALHARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 84CE-7EB7-7EB3-652F





Previdência do Servidor, Construindo Um Novo

Metodologias e critérios de avaliação de riscos *(Resumo Analítico)*
Volatilidade, liquidez e demais riscos (mercado, operacional, liquidez e legal) *(Estratégias Descritivas)*

Acessoriamente o IGEPREV, questiona as Instituições Financeiras as quais aplica seus recursos, pautando possíveis oportunidades de investimentos para o exercício seguinte, quando da formulação de sua Política de Investimentos. A Diretoria entende que tendo como parceiros as maiores e mais conceituadas Instituições Financeiras do país, o IGEPREV deve considerar também essas estratégias apontadas e mesclar com o entendimento dos gestores da autarquia.

Considerando, então, o trâmite macro dos investimentos para o exercício, nos deparamos com as questões legais constantes na Portaria nº 300 de 03.07.15 (altera a Portaria 519/2011), em seu art. 6º-E, incisos I, II e III, que determina que se efetue análise e credenciamento de administradores ou gestores, bem como dos fundos de investimentos operados pelo RPPS. Para cada aprovação deverá, o RPPS, emitir o "Atestado de Credenciamento".

Associado a esta análise, consideramos sistematicamente:

Risco de Mercado: é o risco de ocorrência de prejuízos resultantes de variações nos preços do mercado financeiro, que podem resultar da variação nos valores de mercado dos ativos em carteira sujeitos à variação cambial, a taxas de juros, aos índices de preços e aos preços de ações e commodities.

Risco de Crédito: é a possibilidade dos emissores dos ativos que fazem parte da carteira não cumprirem suas obrigações de pagamento do principal e dos respectivos juros de suas dívidas, por ocasião dos vencimentos finais e/ou antecipados.

Risco de Liquidez: é a possibilidade do ativo investido em não possuir recursos necessários para o cumprimento de suas obrigações de pagamento de resgates de cotas em decorrência de condições atípicas de mercado, grande volume de solicitações de resgate e/ou possibilidade de redução ou mesmo inexistência de demanda pelos ativos componentes da carteira.

Risco Legal: é o risco associado ao não cumprimento da legislação e/ou de contratos.

Assinado por 5 pessoas: WILLAMES BARBOSA COSTA, CLESSIANE NUNES DA SILVA, THOMAZ GUILHERME MOREIRA DE SOUZA, PEDRO EDUARDO ALENCAR GRANJA e GUSTAVO DOS SANTOS PALHARES. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 84CE-76B7-7EB3-652F



Previdência do Servidor, Construindo Um Novo

Fechamento da Política de Investimentos *(Resumo Analítico)*

Mesmo estando fora da exigência legal, faz parte da maturidade deste RPPS concluir e mensurar os resultados da Política de Investimentos ao final do exercício 2022. Tem sido uma ferramenta muito útil na avaliação do desempenho, nas respostas e esclarecimentos ao TCE-PE e demais órgãos fiscalizadores, consolidando integralmente todas as variáveis que incorreram no período. Entendemos que os beneficiários do sistema de previdência municipal merecem toda a publicidade possível, no que se refere ao RPPS a que eles estão vinculados. É o momento em que o gestor presta contas de seu trabalho apontando oportunidades aproveitadas, as decisões no curso da execução da Política e seus efeitos no resultado geral.

Assinado por 5 pessoas: WILLAMES BARBOSA COSTA, CLESSIANE NUNES DA SILVA, THOMAZ GUILHERME MOREIRA DE SOUZA, PEDRO EDUARDO ALENCAR GRANJA e GUSTAVO DOS SANTOS PALHARES. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 84CE-76B7-7EB3-652F





Previdência do Servidor, Construindo Um Novo

Publicidade

Website IGEPREV – obrigações legais

Mantemos a divulgação do site do IGEPREV, <https://igeprev.petrolina.pe.gov.br>, o qual deverá promover toda a transparência possível, a fim de cumprir com o princípio da publicidade, tão necessária e carente em nosso meio.

Nas obrigações inerentes aos investimentos do IGEPREV, conforme alíneas a até h, do inciso VIII, do art. 3º da Portaria MPS nº 519 de 24/08/11, alterada pelas Portarias MPS nº 170/2012, 440/13 e 065/2014, a publicidade se dará da seguinte forma:

VIII - disponibilizar aos seus segurados e pensionistas:

- a) a **política anual de investimentos e suas revisões**, no prazo de até trinta dias, a partir da data de sua aprovação;
- b) as informações contidas nos formulários **APR - Autorização de Aplicação e Resgate**, no prazo de até trinta dias, contados da respectiva aplicação ou resgate;
- c) a **composição da carteira** de investimentos do RPPS, no prazo de até trinta dias após o encerramento do mês;
- d) os **procedimentos de seleção** das eventuais **entidades autorizadas e credenciadas**;
- e) as informações relativas ao processo de credenciamento de instituições para receber as aplicações dos recursos do RPPS;
- f) **relação das entidades credenciadas** para atuar com o RPPS e respectiva data de atualização do credenciamento;
- g) as **datas e locais das reuniões dos órgãos** de deliberação colegiada e do Comitê de Investimentos;
- h) os relatórios de que trata o inciso V deste artigo.

V - elaborar **relatórios detalhados, no mínimo, trimestralmente**, sobre a **rentabilidade**, os **riscos** das diversas **modalidades de operações** realizadas nas aplicações dos recursos do RPPS e a **aderência** à política anual de investimentos e suas **revisões** e submetê-los às instâncias superiores de deliberação e controle;

Assinado por 5 pessoas: WILLAMES BARBOSA COSTA, CLESSIANE NUNES DA SILVA, THOMAZ GUILHERME MOREIRA DE SOUZA, PEDRO EDUARDO ALENCAR GRANJA e GUSTAVO DOS SANTOS PALHARES. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 84CE-76B7-7EB3-652F





Previdência do Servidor, Construindo Um Novo

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política de Investimento do IGEPREV, baseada nos relatórios do BACEN, ANBIMA e respostas das instituições financeiras aos ofícios encaminhados pelo RPPS, entende que os indicadores da economia tais como inflação, taxa de juros, concessão de crédito, taxa de empregabilidade e crescimento das atividades domésticas mostram-se desafiadores para o exercício 2022, principalmente com o elevado risco fiscal brasileiro no pós pandemia.

O grande desafio que se apresenta envolve a conquista da equalização dos gastos públicos, muito mais necessários a partir dos elevados dispêndios no combate ao Covid-19 em 2020, necessitando aprovar, em 2021, um abrangente e urgente ajuste fiscal e demais pautas liberais como as reformas Administrativa e Tributária, efetivação da agenda de privatizações e o controle da inflação, que iniciou um forte processo de retomada a partir de outubro/20.

Segundo analistas, a manutenção do teto de gastos, a diminuição da máquina pública e a promoção do crescimento econômico e da empregabilidade, são desafios que dependem de um difícil consenso no Congresso Nacional, tendo em vista o poderoso jogo de interesses. Efetuar o ajuste fiscal na medida necessária é o fator de risco que o mercado aguarda para o próximo ano. Os ativos de nossa carteira, sensíveis às taxas de juros, possuem considerável correlação com este cenário. O fim da pandemia, mediante a vacinação em massa da população, é a variável de melhor perspectiva em 2021.

Não há dúvida que nossa taxa atuarial de 5,47%, em cenário de juros reais negativos de 0,87%, encontra-se muito acima do desejável, 361% do CDI. Desta forma, nosso posicionamento é utilizar o cálculo atuarial e o ALM, e ajustar nosso nível de risco a patamares adequados ao retorno esperado de 9,02%.

Aproveitamos critérios constantes nas legislações anteriores, para definir a escolha das melhores e mais conceituadas Instituições Financeiras do mercado, – **Resoluções 2652** de 23.09.99 (art. 4º, I); **2661** de 28.10.04 (art. 6º, II) e **3506** de 26.10.07 (art. 22º, I, a) – continuaremos a manter nossas operações nas instituições de acordo com a **solidez patrimonial**, o **volume de recursos administrados** e a **experiência no exercício da atividade de administração de recursos de terceiros**.

O IGEPREV, autarquia com gestão própria de seus recursos, continuará a buscar a excelência de seus investimentos junto às instituições de reconhecida credibilidade.

Desta forma, o IGEPREV, reproduzindo o texto da legislação, segue aplicando seus recursos sob "*condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência*" (art. 1º Resolução 3922/10).

Assinado por 5 pessoas: WILLAMES BARBOSA COSTA, CLESSIANE NUNES DA SILVA, THOMAZ GUILHERME MOREIRA DE SOUZA, PEDRO EDUARDO ALENCAR GRANJA e GUSTAVO DOS SANTOS PALHARES. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 84CE-76B7-7EB3-652F





Previdência do Servidor, Construindo Um Novo

Diretoria Executiva:

- Willames Barbosa Costa – *Diretor-Presidente*
- Gustavo dos Santos Palhares – *Diretor Administrativo e Financeiro*
- Clessiane Nunes da Silva – *Diretor de Benefícios Previdenciários*
- Leonardo Vasconcelos Rosa – *Diretor de Investimentos*
- Pedro Eduardo Alencar Granja – *Assessor Jurídico*
- Thomaz Guilherme Moreira – *Gerente de Cadastro e Informações Previdenciárias*
- Marisete Silva dos Santos Menezes – *Secretária Executiva*

Comitê de Investimentos:

- Willames Barbosa Costa – *Diretor-Presidente*
- Gustavo dos Santos Palhares – *Diretor Administrativo e Financeiro*
- Leonardo Vasconcelos Rosa – *Diretor de Investimentos*
- Pedro Eduardo Alencar Granja – *Assessor Jurídico*
- Luzia Bezerra de Lins – *representante dos Inativos/Pensionistas*
- Silvana Novaes de Assis – *representante do Poder Executivo*

Conselho Deliberativo:

- Edilson Luiz do Nascimento – *representante do Poder Executivo*
- Francisco Walber Lins Pinheiro – *representante SINDSEMP*
- Antônio Carlos Benevides – *representante do Poder Legislativo*
- Maria Alice G. de Oliveira – *representante dos Inativos/Pensionistas*
- Maria Inês S. Souza Silva – *representante SINDSEMP*
- Clemilda Barreto Alves – *representante do Poder Executivo*

Conselho Fiscal:

- Silvana Novaes de Assis – *representante do Poder Executivo*
- Edson dos Santos – *representante SINDSEMP*
- Cidivane Torres da Silva – *representante do Poder Legislativo*
- Luzia Bezerra de Lins – *representante dos Inativos/Pensionistas*

Petrolina, 24 de setembro de 2021.

Assinado por 5 pessoas: WILLAMES BARBOSA COSTA, CLESSIANE NUNES DA SILVA, THOMAZ GUILHERME MOREIRA DE SOUZA, PEDRO EDUARDO ALENCAR GRANJA e GUSTAVO DOS SANTOS PALHARES. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 84CE-76B7-7EB8-652F



ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE
INVESTIMENTOS DO IGEPREV

Aos 30 (trinta) dias do mês de setembro de 2021 (dois mil e vinte e um), às 10h00min (dez horas), por conferência remota, foi realizada a reunião do Comitê de Investimentos, constituído em 11/08/2017 através do Decreto nº 088, e reestruturado em 22.09.2021 conforme Portaria nº 1068, estando conectados: Sr. Willames Barbosa Costa (Presidente do IGEPREV); Sr. Leonardo Vasconcelos Rosa (Diretor de Investimentos); Sr. Gustavo dos Santos Palhares (Diretor Administrativo e Financeiro); Pedro Eduardo Alencar Granja (Assessor Jurídico); Luiza Bezerra de Lins (Representante dos Inativos/Pensionistas) e Silvana Novaes de Assis (Representante do Poder Executivo) não puderam comparecer. As pautas a serem discutidas são as seguintes: 1) Desempenho carteira ago./21; 2) Desempenho carteira set./21 – prévia; 3) Carteira sugerida BB e CEF; 4) Cenário 2021; 5) Cenário 2022 e 6) Política de Investimentos 2022 e 7) Credenciamento - renovação. 1) O Sr. Leonardo iniciou apresentado as posições por categoria em reais e em percentual. Demonstrou que no mês de agosto/21 o PL do IGEPREV fechou em R\$ 158,6 milhões, com 64,88% alocados em RF, 28,47% alocados em RV e 6,66% em IE. Foi apresentado a relação de gestores em reais e em percentual, por ordem decrescente, contendo sete gestores com CEF liderando a posição com 82,59%. Foi apontado o balanceamento da carteira, preponderantemente alocada (27,42%) em fundos CDI em detrimento dos fundos de gestão ativa (13,38%), seguidos de posições em FIA (13,41%), Multimercado (11,14%), IMA-B 5 (7,51%), IRFM-1 (6,08%) sendo as principais posições. O Sr. Leonardo apresentou também a evolução dos principais indicadores ANBIMA em comparação com a meta atuarial efetiva de agosto. Os indicadores da ANBIMA mais utilizados nos fundos do IGEPREV neste momento, CDI, IMA-B 5, IDKa IPCA 2A e IRFM-1 registraram modesta valorização no mês, quando não marcaram negativo: CDI, 0,43%; IMA-B 5, 0,15%; IDKa IPCA 2A, 0,26% e IRFM, -0,60%. Segundo expectativas para o mês de agosto o IPCA estimado inicialmente era de 0,36% e fechou em 0,87%, elevando substancialmente a meta atuarial para 1,32%, contra um CDI de 0,43%. Na relação dos indicadores B3, Global e ANBIMA dos oito meses de 2021, os indicadores de desempenho do mercado americano em agosto registraram boa recuperação: Dow Jones (1,93%) e o S&P 500 (3,34%), influenciando positivamente o mercado global; MSCI World (2,78%). Nos mercados emergentes o desempenho foi modesto: MSCI EM (USD) (0,53%). Foi demonstrado o desempenho da carteira no mês de forma segmentada: RF, 0,03%, inferior ao CDI de 0,43%; a RV, -1,17% superior ao Ibovespa de -2,48% e IE, 1,42%. A carteira rentabilizou -0,22% contra uma meta atuarial de 1,32%. No acumulado do ano os ativos por segmento renderam: RF, 0,80%; RV, 2,79% e IE, 6,38%. Apesar do resultado geral ficar em 1,63% nos oito primeiros meses, a 0,79% do CDI, não foi suficiente para alcançar a meta atuarial de 9,49%. 2) O desempenho da carteira até 30.09.21, prévia, apresenta uma desvalorização estimada de 0,57% com um mês com alta volatilidade. Quando analisamos os principais indicadores ANBIMA em comparação com a meta atuarial estimada de setembro/21 observamos que a expectativa de inflação que era de 0,49% passou para 1,23%, elevando em muito a meta atuarial estimada de setembro para 1,68%. 3) A pauta da carteira sugerida BB e CEF, teve a CEF informando rendimento de agosto e do ano, -0,80% e 0,30%; o BB não calculou o rendimento de sua carteira e o IGEPREV -0,26% e 1,63%. 4) O cenário 2021 foi apresentado informando a meta atuarial estimada para 2021 de 14,38%; Selic média de 4,65% e juro real (projetado 2021) de -3,80%. Novamente foi dado destaque para o crescimento da projeção do IPCA para o exercício 2021, saindo de 3,60% no início de fevereiro para 8,45% no final de setembro, com tendência de alta. Outro dado analisado que demonstra a escalada da inflação e da meta atuarial, analisa o IPCA estimado pelo BACEN para 2021 na época da elaboração da PAI em set/20, e no início de 2021 e hoje. Respectivamente observamos o IPCA estimado para 2021 saindo de 3,01% para 8,45%. Foi explicado que este movimento de alta da inflação colocará a meta atuarial em patamares muito elevados, sendo um movimento contrário aos dos ativos em renda fixa e renda variável, deixando o desafio de atingir a meta atuarial em 2021 cada vez mais difícil. 5) O cenário 2022 foi apresentado, com base no Relatório Focus de 27.09.21, informando a meta atuarial estimada para 2022 de 9,37%; Selic média de 8,38% e juro real (projetado) de 4,26%. 6) Na pauta Política Anual de Investimentos 2022 foi levada e discutida com a seguinte proposta, repetindo a estrutura da Política do exercício anterior: que o IGEPREV continuará com a gestão própria de seus recursos, adotará como meta atuarial o IPCA+5,04%, conforme Portaria nº 6.132 de 25.05.21, até ser confirmada pelo Estudo de Aderência mediante o Cálculo Atuarial de 2022, e aponta as alocações autorizadas, aprovadas por todos, dispostas da seguinte forma, conforme Resolução 4.695/2018: TTN - art. 7º, I, a (até 100%); FI 100% TTN - art. 7º, I, b (até 100%); Operações Compromissadas - art. 7º, II (até 5%); FI "referenciados", art. 7º, III, a (até 60%); FI geral (ativo), art. 7º, IV, a (até 40%); LIG (Letras Imobiliárias Garantidas), art. 7º, V, b (até 20%); FIDC (fechado), art. 7º, VII, a (até 5%); FI "Crédito Privado", art. 7º, VII, b (até 5%); FI "Debêntures Infraestrutura", art. 7º, VII, c (até 5%); FIA (índices + 50 ações), art. 8º, I, a (até 30%); FIA geral (ativo), art. 8º, II, a (até 20%); Multimercado, art. 8º, III

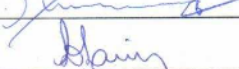
Página 1 de 2



61 (até 10%); FIP, art. 8º, IV, a (até 5%); FII, art. 8º, IV, b (até 5%); "RF Dívida Externa", art. 9º, I,
62 "Investimento no Exterior", art. 9º, II e Ações BDR Nível I, art. 9º, III (até 10% no conjunto).
63 Continuamos a utilizar, como primeiro elemento de seleção, a relação dos maiores bancos do Sistema
64 Financeiro Nacional por Patrimônio Líquido, divulgada pelo BACEN, mantendo os mesmos princípios
65 decididos em reunião do Comitê de Investimentos, Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo:
66 aplicar os recursos do IGEPREV junto às Instituições Financeiras com PR-I (Patrimônio de Referência
67 nível I) superior a R\$ 10 bilhões e estar, pelo menos, na função de administradores dos fundos de
68 investimentos, sem prejuízo das demais funções (gestão e custódia, dentre outras). Desta forma,
69 mediante a Portaria nº 007 de 16.01.2018, estabeleceu critérios para o credenciamento das
70 Instituições Financeiras, revogando o disposto na Portaria nº 0101, de 31 de julho de 2017, que
71 passam a ser: BB, CEF, Itaú, Bradesco, BTG Pactual, Santander e Safra, pois representam, não
72 apenas, a solidez patrimonial desejada, como também o expressivo volume de recursos administrados
73 e a larga experiência no exercício da atividade de administração de recursos de terceiros. 7) Na pauta
74 credenciamentos – renovação, todos concordaram em continuar com os gestores e administradores já
75 aprovados em nossa Política e destacados no CADPREV WEB. E, nada mais havendo a ser tratado,
76 eu, Leonardo Vasconcelos Rosa lavrei a presente ata, assinada por mim e todos os presentes. Esta
77 ata, digitada e impressa eletronicamente, apenas em seus anversos, compõe o "Livro de Atas de
78 Reuniões do Comitê de Investimentos do IGEPREV".

79 Petrolina, 30 de setembro de 2021.

80
81

MEMBROS	ASSINATURA
Willames Barbosa Costa <i>Presidente do IGEPREV</i>	
Leonardo Vasconcelos Rosa <i>Diretor de Investimentos</i>	
Gustavo dos Santos Palhares <i>Diretor Administrativo e Financeiro</i>	
Pedro Eduardo Alencar Granja <i>Assessor Jurídico</i>	
Luiza Bezerra de Lins <i>Representante dos Inativos/Pensionistas</i>	
Silvana Novaes de Assis <i>Representante do Poder Executivo</i>	

82





**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO
DELIBERATIVO EM CONJUNTO COM A
DIRETORIA EXECUTIVA DO IGEPREV**

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de outubro de 2021 (dois mil e vinte e um), às 14h30min (quatorze horas e trinta minutos), por conferência remota, foi realizada a reunião do Conselho Deliberativo em conjunto com a Diretoria Executiva do IGEPREV, estando conectados: os membros do Conselho Deliberativo, Edilson Luiz do Nascimento (Representante do Poder Executivo); Francisco Walber Lins Pinheiro (Representante SINDSEMP); Antônio Carlos Benevides (Representante do Poder Legislativo); Maria Alice G. de Oliveira (Representante dos Inativos/Pensionistas); Maria Inês S. Souza Silva (Representante do SINDSEMP) e Clemilda Barreto Alves (Representante do Poder Executivo); e da Diretoria Executiva, Sr. Willames Barbosa Costa (Presidente do IGEPREV); Sr. Leonardo Vasconcelos Rosa (Diretor de Investimentos); Sr. Gustavo dos Santos Palhares (Diretor Administrativo e Financeiro); Pedro Eduardo Alencar Granja (Assessor Jurídico); Clessiane Nunes da Silva (Diretor de Benefícios Previdenciários); Thomaz Guilherme Moreira de Souza (Gerente de Cadastro e Informações Previdenciárias) e Marisete Gomes dos Santos (Secretária Executiva). Participaram também o Dr. Victor Samir Fonseca Mendes (Procurador) e Luiza Bezerra de Lins (Representante dos Inativos/Pensionistas no Comitê de Investimentos). As pautas a serem discutidas são as seguintes: 1) Cenário 2022; 2) Política de Investimentos 2022; 3) Credenciamento – renovação e 4) Previdência Complementar. 1) A reunião iniciou com a apresentação do cenário 2022 com a descrição de progressão do IPCA ao longo de 2021. O Sr. Leonardo demonstrou as expectativas semanais de inflação emitidas pelo BACEN, que no início do ano estava em cerca de 3% e agora pelo relatório Focus de 27.09.21 a projeção já atingiu 8,45%, com viés de alta. Esta elevação do IPCA em 2021 certamente influenciará o exercício de 2022, impactando diretamente a meta atuarial. Desta forma, com base nos dados do BACEN podemos estimar para o exercício 2022 uma meta atuarial de 9,37% (IPCA+5,04%), Selic média de 8,38% e juros reais de 9,37%. 2) A pauta que trata da aprovação da Política Anual de Investimentos 2022, levada e discutida com a seguinte proposta, repetindo a estrutura da Política do exercício anterior: que o IGEPREV continuará com a gestão própria de seus recursos, adotará como meta atuarial o IPCA+5,04%, conforme Portaria nº 6.132 de 25.05.21, até ser confirmada pelo Estudo de Aderência mediante o Cálculo Atuarial de 2022, e aponta as alocações autorizadas, aprovadas por todos, dispostas da seguinte forma, conforme Resolução 4.695/2018: TTN - art. 7º, I, a (até 100%); FI 100% TTN - art. 7º, I, b (até 100%); Operações Compromissadas – art. 7º, II (até 5%); FI "referenciados", art. 7º, III, a (até 60%); FI geral (ativo), art. 7º, IV, a (até 40%); LIG (Letras Imobiliárias Garantidas), art. 7º, V, b (até 20%); FIDC (fechado), art. 7º, VII, a (até 5%); FI "Crédito Privado", art. 7º, VII, b (até 5%); FI "Debêntures Infraestrutura", art. 7º, VII, c (até 5%); FIA (índices + 50 ações), art. 8º, I, a (até 30%); FIA geral (ativo), art. 8º, II, a (até 20%); Multimercado, art. 8º, III (até 10%); FIP, art. 8º, IV, a (até 5%); FII, art. 8º, IV, b (até 5%); "RF Dívida Externa", art. 9º, I, "Investimento no Exterior", art. 9º, II e Ações BDR Nível I, art. 9º, III (até 10% no conjunto). Continuamos a utilizar, como primeiro elemento de seleção, a relação dos maiores bancos do Sistema Financeiro Nacional por Patrimônio Líquido, divulgada pelo BACEN, mantendo os mesmos princípios decididos em reunião do Comitê de Investimentos, Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo: aplicar os recursos do IGEPREV junto às Instituições Financeiras com PR-I (Patrimônio de Referência nível I) superior a R\$ 10 bilhões e estar, pelo menos, na função de administradores dos fundos de investimentos, sem prejuízo das demais funções (gestão e custódia, dentre outras). Desta forma, mediante a Portaria nº 007 de 16.01.2018, estabeleceu critérios para o credenciamento das Instituições Financeiras, revogando o disposto na Portaria nº 0101, de 31 de julho de 2017, que passam a ser: BB, CEF, Itaú, Bradesco, BTG Pactual, Santander e Safra, pois representam, não apenas, a solidez patrimonial desejada, como também o expressivo volume de recursos administrados e a larga experiência no exercício da atividade de administração de recursos de terceiros. Todos aprovaram integralmente o relatório da Política de Investimentos 2022, bem como seu conteúdo. 3) Na pauta credenciamentos – renovação, todos concordaram em continuar com os gestores e administradores já aprovados em nossa Política e destacados no CADPREV WEB. 4) Na última pauta, Previdência Complementar, o Sr. Willames citou as Portarias 157/2021 que criou o grupo de trabalho para a implementação do regime de Previdência Complementar no município de Petrolina e a Portaria 158/2021 que nomeou os seguintes membros deste grupo de trabalho: Willames Barbosa Costa (Presidente do IGEPREV); Edilson Luiz do Nascimento (Representante do Conselho Deliberativo do IGEPREV); Cidivane Torres da Silva (Representante do Conselho Fiscal do IGEPREV); Pedro Eduardo Alencar Granja (Representante do RPPS); Dr. Victor Samir Fonseca Mendes (Representante da Procuradoria) e Francisco Walber Lins Pinheiro (Representante SINDSEMP); Antônio Carlos Benevides (Representante do Poder Legislativo); Maria Alice G. de Oliveira (Representante dos



60 Inativos/Pensionistas). E, nada mais havendo a ser tratado, eu, Leonardo Vasconcelos Rosa lavrei a
61 presente ata, assinada por mim e todos os presentes. Esta ata, digitada e impressa eletronicamente,
62 apenas em seus anversos, compõe o "Livro de Atas de Reuniões da Diretoria Executiva do IGEPREV"
63 e "e do "Livro de Atas de Reuniões do Conselho Deliberativo do IGEPREV".

64 Petrolina, 26 de outubro de 2021.

65
66

MEMBROS – Diretoria Executiva	ASSINATURA
Willames Barbosa Costa <i>Presidente do IGEPREV</i>	
Leonardo Vasconcelos Rosa <i>Diretor de Investimentos</i>	
Gustavo dos Santos Palhares <i>Diretor Administrativo e Financeiro</i>	
Pedro Eduardo Alencar Granja <i>Assessor Jurídico</i>	
Clessiane Nunes da Silva <i>Diretor de Benefícios Previdenciários</i>	
Thomaz Guilherme Moreira de Souza <i>Gerente de Cadastro e Informações Previdenciárias</i>	
Marisete Gomes dos Santos <i>Secretária Executiva</i>	
MEMBROS – Conselho Deliberativo	ASSINATURA
Edilson Luiz do Nascimento <i>Representante do Poder Executivo</i>	
Francisco Walber Lins Pinheiro <i>Representante SINDSEMP</i>	
Antônio Carlos Benevides <i>Representante do Poder Legislativo</i>	
Maria Alice G. de Oliveira <i>Representante dos Inativos/Pensionistas</i>	
Maria Inês S. Souza Silva <i>Representante do SINDSEMP</i>	
Clemilda Barreto Alves <i>Representante do Poder Executivo</i>	

67

Assinado por 5 pessoas: WILLAMES BARBOSA COSTA, CLESSIANE NUNES DA SILVA, THOMAZ GUILHERME MOREIRA DE SOUZA, PEDRO EDUARDO ALENCAR GRANJA e GUSTAVO DOS SANTOS PALHARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 84CE-7EB7-7EB3-652F

